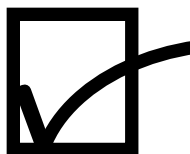


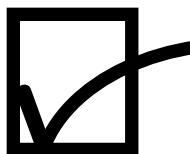
## **7.**

### **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA ESTRUTURA FINANCEIRA**



## INDICE

7.	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA ESTRUTURA FINANCEIRA .....	175
7.1.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPARADAS .....	175
7.1.1.	Balanço .....	175
7.1.2.	Evolução das Contas de Terceiros .....	179
7.1.2.1.	Dívidas de Terceiros .....	179
7.1.2.1.1.	Dívidas de Terceiros em Geral.....	179
7.1.2.1.2.	Decomposição das Dívidas de Terceiros .....	180
7.1.2.2.	Dívidas a Terceiros .....	181
7.1.2.2.1.	Dívidas a Terceiros em Geral.....	181
7.1.2.2.2.	Levantamento e Análise das Dívidas a Terceiros.....	182
7.1.3.	Demonstração dos Resultados, Incluindo os Resultados Financeiros e Extraordinários .....	187
7.1.3.1.	Desempenho Geral.....	187
7.1.3.2.	Resultados Operacionais .....	188
7.1.3.3.	Resultados Financeiros.....	191
7.1.3.4.	Resultados Extraordinários .....	192
7.1.3.5.	Variações Ocorridas na Demonstração de Resultados .....	193
7.1.4.	Mapas de Fluxos de Caixa .....	194
7.1.4.1.	Desempenho Geral.....	194
7.1.4.2.	Fluxo Monetário Corrente.....	195
7.1.4.3.	Fluxo Monetário de Capital .....	196
7.1.4.4.	Variações Ocorridas nos Fluxos de Caixa.....	196
7.2.	ESTRUTURA FINANCEIRA AO LONGO DOS ANOS .....	197
7.2.1.	Estrutura Financeira em Geral.....	197
7.2.2.	Indicadores de Análise Financeira .....	201
7.3.	FLUXOS DE “OPERAÇÕES DE TESOURARIA” .....	203
7.4.	PAGAMENTOS A ENTIDADES TERCEIRAS .....	204
7.5.	LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL.....	205
7.5.1.	Introdução .....	205
7.5.2.	Cálculo dos Limites ao Endividamento .....	206
7.5.3.	Verificação do Cumprimento dos Limites ao Endividamento.....	208
7.5.4.	Cálculo das Capacidades de Endividamento Consolidadas.....	210



## 7. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA ESTRUTURA FINANCEIRA

(todas as quantias estão em euros, salvo menção expressa em contrário)

### 7.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMPARADAS

A análise que se segue tem em consideração as demonstrações financeiras individuais do MP respeitantes ao período de 2008 a 2013.

A informação financeira em causa foi objeto de CLC, a qual, para os vários anos, incluiu algumas qualificações (ver anexo 11).

Contudo, efetuou-se a análise sem a introdução de quaisquer estimativas de correções e ajustamentos, já que a opinião sobre as Demonstrações Financeiras como um todo sempre foi favorável e, numa perspetiva funcional, as modificações colocadas (algumas das quais foram sendo removidas), não afetam o essencial da nossa apreciação.

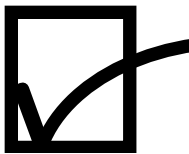
#### 7.1.1. Balanço

O balanço individual do MP apresentou a seguinte composição durante o período de 2008 a 2013:

**Quadro nº 72 - Balanços comparativos de fim de exercício: 2008 – 2013**

Balanço Individual	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Bens de Domínio Público	69.157.996,94	64.774.747,35	58.946.037,96	58.306.462,66	54.798.705,53	51.878.067,89
Imobilizações Incorpóreas	817.185,73	725.866,65	807.755,21	724.132,38	829.318,26	684.622,03
Imobilizações Corpóreas	136.064.984,68	145.875.381,53	160.548.551,49	161.144.136,48	177.184.495,69	200.153.366,98
Investimentos Financeiros	59.775.691,75	59.780.776,51	57.547.409,95	57.548.159,95	42.895.319,00	42.895.319,00
<b>Imobilizado</b>	<b>265.815.859,10</b>	<b>271.156.772,04</b>	<b>277.849.754,61</b>	<b>277.722.891,47</b>	<b>275.707.838,48</b>	<b>295.611.375,90</b>
Existências	210.479,68	225.881,83	238.756,61	231.417,74	217.724,11	174.903,39
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazo	978.039,66	908.316,37	827.821,62	759.708,46	683.405,50	610.159,21
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	4.229.499,18	1.981.474,38	4.504.381,85	3.059.856,20	16.869.630,87	15.224.682,15
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	865.752,66	677.121,91	1.120.669,40	1.455.834,16	1.096.655,37	751.615,27
Acréscimos e Diferimentos - Rubricas Ativas	20.115.883,98	16.916.876,33	16.972.848,78	17.680.663,30	24.143.171,34	28.322.695,83
<b>Circulante</b>	<b>26.399.655,16</b>	<b>20.709.670,82</b>	<b>23.664.478,26</b>	<b>23.187.479,86</b>	<b>43.010.587,19</b>	<b>45.084.055,85</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>292.215.514,26</b>	<b>291.866.442,86</b>	<b>301.514.232,87</b>	<b>300.910.371,33</b>	<b>318.718.425,67</b>	<b>340.695.431,75</b>
Património	198.663.647,40	198.663.647,40	218.014.302,52	218.014.302,52	218.014.302,52	217.523.826,99
Ajustamento de Partes de Capital em Empresas	17.856.464,65	17.856.464,65	486.364,64	486.364,64	486.364,64	486.364,64
Reservas	18.672.137,49	23.540.490,07	22.119.751,87	22.304.782,87	40.154.639,86	67.987.709,04
Doações	10.886.929,60	11.710.164,08	17.650.069,27	17.079.223,34	17.291.363,65	17.543.651,59
Resultados Transitados	-9.796.898,62	-28.033.461,76	-91.900.731,03	-125.604.358,87	-146.486.780,19	-159.774.016,29
Resultado Líquido do Exercício	-18.236.563,14	-40.115.633,16	-36.342.688,12	-20.582.421,32	-11.986.674,31	-8.985.693,51
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>218.045.717,38</b>	<b>183.621.617,28</b>	<b>130.027.069,15</b>	<b>111.697.893,18</b>	<b>117.473.216,17</b>	<b>134.781.842,46</b>
Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo	23.235.185,54	29.342.153,68	55.369.143,78	40.014.799,59	12.726.627,25	10.356.016,83
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	34.771.845,59	62.862.620,44	92.555.954,49	119.104.955,91	153.833.391,59	148.265.882,97
Acréscimos e Diferimentos - Rubricas Passivas	16.162.765,75	16.039.997,46	23.562.065,45	30.092.722,65	34.685.190,66	47.291.689,49
<b>Total do Passivo</b>	<b>74.169.796,88</b>	<b>108.244.771,58</b>	<b>171.487.163,72</b>	<b>189.212.478,15</b>	<b>201.245.209,50</b>	<b>205.913.589,29</b>
<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>292.215.514,26</b>	<b>291.866.442,86</b>	<b>301.514.232,87</b>	<b>300.910.371,33</b>	<b>318.718.425,67</b>	<b>340.695.431,75</b>

Importa referir que os Balanços oficiais apresentados pelo Município, referentes a 31 de dezembro de 2008 e 2009, incluem nas rubricas ativa e passiva de Acréscimos e Diferimentos, as quantias de 114 e 105,9 milhões, respetivamente, respeitantes a operações cuja substância é a mesma. Para efeitos da presente



análise e face à distorção que esse empolamento provoca, a referida quantia foi expurgada das respetivas rubricas do Ativo e do Passivo.

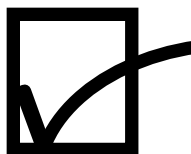
Durante os seis anos considerados, a quantia referente ao total do ativo do MP aumentou cerca de 48,5 milhões, passando de 292,2 milhões para 340,7 milhões. O aumento verificado reparte-se numa quantia de 29,8 milhões, referente ao Ativo Imobilizado, e em cerca de 18,7 milhões, relativa ao Ativo Circulante.

A variação ocorrida no Imobilizado deveu-se essencialmente a:

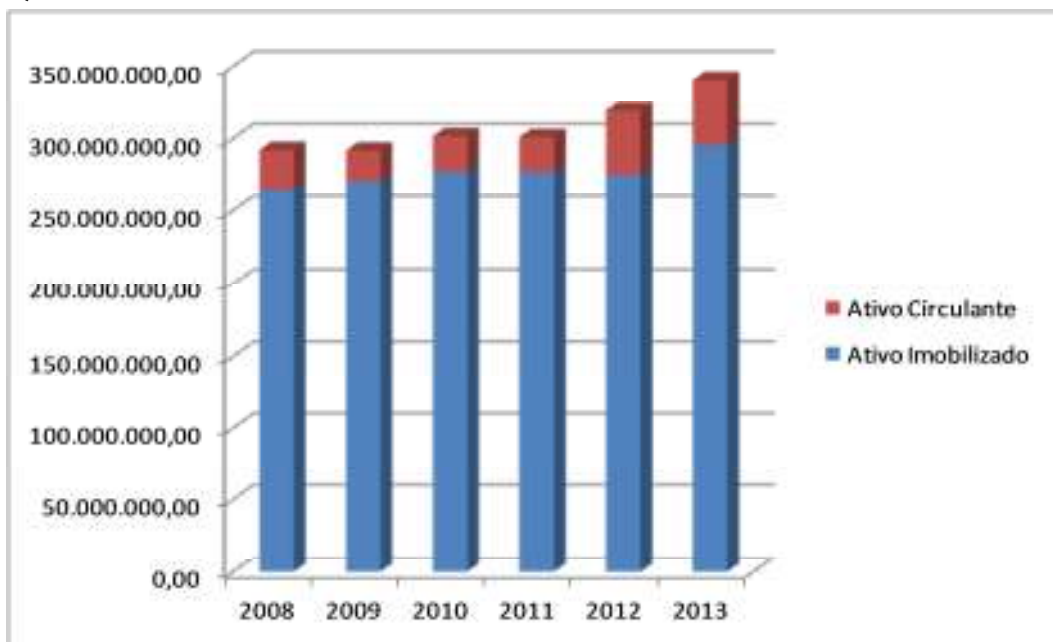
- Reavaliações do Imobilizado Corpóreo, de 44,4 milhões, as quais, a partir de 2010, foram suportadas por avaliação efetuada por perito independente, tendo em períodos anteriores tido como base o valor patrimonial tributário. A correta aplicação do critério de mensuração destes ativos, nomeadamente quanto à conformidade das reavaliações efetuadas com as normas do POCAL, tem sido objeto de discussão pelo Município, tendo o mesmo pedido esclarecimentos à SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio à Aplicação do POCAL e à Comissão de Normalização Contabilística. Esta situação encontra-se referida nas CLC (ver anexo 11);
- Transferência para o Município da titularidade do direito de propriedade dos prédios afetos às escolas do parque escolar dos 2º e 3º ciclos do ensino básico, pela quantia de 11,6 milhões, em conformidade com o art.º 70º, da lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- Redução do capital social da participada EMARP, de 14,9 milhões, na qual o Município detém uma participação de 100%. Esta situação reduziu o Ativo Imobilizado, através da rubrica de Investimentos Financeiros, por contrapartida de um aumento do Ativo Circulante, em Dívidas de Terceiros, em virtude do Município não ter recebido ainda a quase totalidade da quantia em causa.

A variação ocorrida no Ativo Circulante deve-se, para além do motivo mencionado no parágrafo anterior, ao aumento, de cerca de 10,2 milhões, verificado em 2013 (5,10 milhões) e 2012 (5,10 milhões) na rubrica de Acréscimos de Proveitos causado pela expectativa da obtenção, em 2014 e 2013, de uma maior receita com o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis (9,10 milhões) e com a Taxa Municipal de Proteção Civil (1 milhão a receber apenas em 2014) espelhada no Plano de Ajustamento Financeiro do Município aprovado pelo Governo Português.

A proporção do imobilizado e do ativo circulante na composição do ativo total, durante o quinquénio, pode ser verificada através do gráfico seguinte:



**Quadro nº 73 - Gráfico da estrutura do ativo: 2008 – 2013**



Capital Social 5.000,00 Euros

Quanto à forma como o Município se financiou, verificámos ter ocorrido, durante o período em apreço, uma redução dos Fundos Próprios de 83,2 milhões e um aumento do passivo de 131,7 milhões.

A redução nos Fundos Próprios foi provocada, essencialmente, pelo acumular de prejuízos no montante de cerca de 118 milhões, líquido do aumento verificado na rubrica de reservas, fruto das reavaliações efetuadas ao imobilizado corpóreo, anteriormente mencionadas.

Os Fundos Próprios incluem Reservas de Reavaliação dentro da rubrica de Reservas, nos seguintes montantes:

- 2008: 18,2 milhões;
- 2009: 23 milhões;
- 2010: 21,4 milhões;
- 2011: 21,6 milhões;
- 2012: 39,4 milhões;
- 2013: 56,2 milhões,

o que tem sido decisivo para manter a dimensão do total dos fundos próprios, atenuando a acumulação de prejuízos.

O aumento verificado no passivo, de 131,7 milhões, é resultado da incapacidade do Município em se autofinanciar, fruto dos sucessivos prejuízos, tendo que

Contribuinte n.º 503 342 742



recorrer a financiamento externo, designadamente bancário e com atrasos de pagamento a fornecedores até 2010, e com recurso a *factoring*, desde essa altura.

Importa referir que, ao longo do período em análise, em virtude do constante aumento verificado nas dívidas de curto prazo (totalizando cerca de 113,5 milhões no período em apreço), o Município tem tido cada vez mais dificuldade em cumprir com os seus compromissos, apresentando uma estrutura financeira cada vez mais desequilibrada que, como se pode constatar no quadro seguinte, passou de uma situação, em 2008, em que os capitais permanentes (fundos próprios + passivo de médio e longo prazo) financiavam 82,57% e o passivo de curto prazo 17,43% do ativo, para uma situação, em 2013, em que o ativo é financiado em 42,60% por capitais permanentes e 57,40% por passivo de curto prazo:

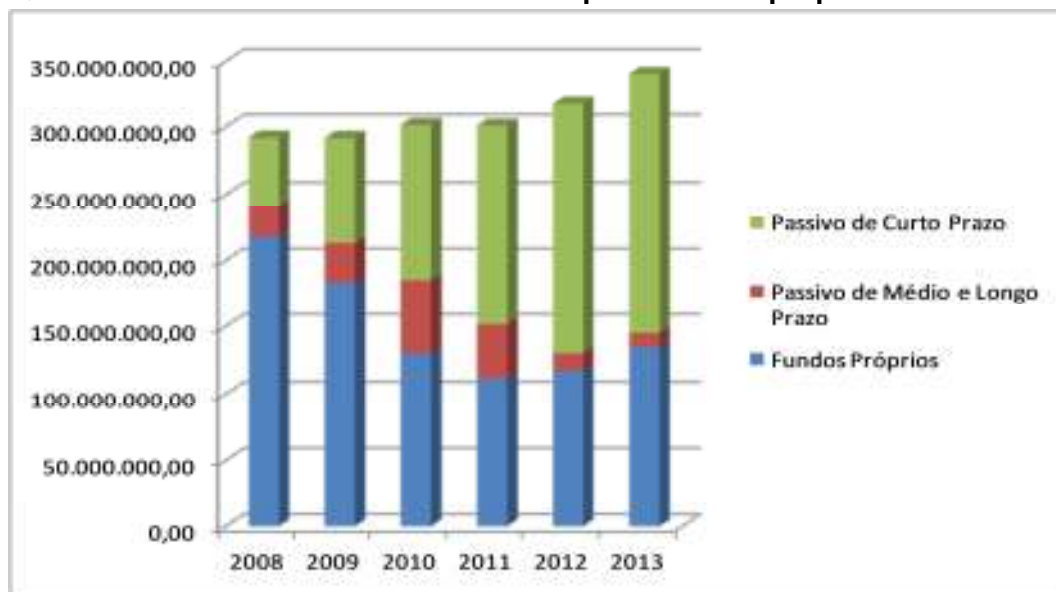
**Quadro nº 74 - Estrutura do balanço: 2008 – 2013**

Balanço Individual	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Bens de Domínio Público	23,67%	22,19%	19,55%	19,38%	17,19%	15,23%
Imobilizações Incorpóreas	0,28%	0,25%	0,27%	0,24%	0,26%	0,20%
Imobilizações Corpóreas	46,56%	49,98%	53,25%	53,55%	55,59%	58,75%
Investimentos Financeiros	20,46%	20,48%	19,09%	19,12%	13,46%	12,59%
<b>Imobilizado</b>	<b>90,97%</b>	<b>92,90%</b>	<b>92,15%</b>	<b>92,29%</b>	<b>86,51%</b>	<b>86,77%</b>
Existências	0,07%	0,08%	0,08%	0,08%	0,07%	0,05%
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazo	0,33%	0,31%	0,27%	0,25%	0,21%	0,18%
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	1,45%	0,68%	1,49%	1,02%	5,29%	4,47%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	0,30%	0,23%	0,37%	0,48%	0,34%	0,22%
Acréscimos e Diferimentos - Rúbricas Ativas	6,88%	5,80%	5,63%	5,88%	7,58%	8,31%
<b>Circulante</b>	<b>9,03%</b>	<b>7,10%</b>	<b>7,85%</b>	<b>7,71%</b>	<b>13,49%</b>	<b>13,23%</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>74,62%</b>	<b>62,91%</b>	<b>43,12%</b>	<b>37,12%</b>	<b>36,86%</b>	<b>39,56%</b>
Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo	7,95%	10,05%	18,36%	13,30%	3,99%	3,04%
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	11,90%	21,54%	30,70%	39,58%	48,27%	43,52%
Acréscimos e Diferimentos - Rúbricas Passivas	5,53%	5,50%	7,81%	10,00%	10,88%	13,88%
<b>Total do Passivo</b>	<b>25,38%</b>	<b>37,09%</b>	<b>56,88%</b>	<b>62,88%</b>	<b>63,14%</b>	<b>60,44%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A distribuição das diversas formas de financiamento do Município, durante o período, pode ser verificada através do gráfico seguinte:



**Quadro nº 75 - Gráfico da estrutura do capital alheio e próprio: 2008 – 2013**



Em suma, as grandes variações ocorridas nas rubricas de Balanço relativamente ao período homólogo foram as seguintes em termos absolutos e percentuais, nos anos em causa:

**Quadro nº 76 - Grandes variações patrimoniais: 2009 – 2013**

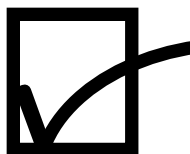
Balanço Individual	2009/2008		2010/2009		2011/2010		2012/2011		2013/2012	
	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
Bens de Domínio Público	-4.383.249,59	-6,34%	-5.828.709,39	-9,00%	-639.575,30	-1,09%	-3.507.757,13	-6,02%	-2.920.637,64	-5,33%
Imobilizações Incorpóreas	-91.319,08	-11,17%	81.888,56	11,28%	-83.622,83	-10,35%	105.185,88	14,53%	-144.696,23	-17,45%
Imobilizações Corpóreas	9.810.396,85	7,21%	14.673.169,96	10,06%	595.584,99	0,37%	16.040.359,21	9,95%	22.968.871,29	12,96%
Investimentos Financeiros	5.084,76	0,01%	-2.233.366,56	-3,74%	750,00	0,00%	-14.652.840,95	-25,46%	0,00	0,00%
<b>Imobilizado</b>	<b>5.340.912,94</b>	<b>2,01%</b>	<b>6.692.962,57</b>	<b>2,47%</b>	<b>-126.863,14</b>	<b>-0,05%</b>	<b>-2.015.052,99</b>	<b>-0,73%</b>	<b>19.903.537,42</b>	<b>7,22%</b>
Existências	15.402,15	7,32%	12.874,78	5,70%	-7.338,87	-3,07%	-13.693,63	-5,92%	-42.820,72	-19,67%
Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazo	-69.723,29	-7,13%	-80.494,75	-8,86%	-68.113,16	-8,23%	-76.302,96	-10,04%	-73.246,29	-10,72%
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	-2.248.024,80	-53,15%	2.522.907,47	127,32%	-1.444.525,65	-32,07%	13.809.774,67	451,32%	-1.644.948,72	-9,75%
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	-188.630,75	-21,79%	443.547,49	65,50%	335.164,76	29,91%	-359.178,79	-24,67%	-345.040,10	-31,46%
Acréscimos e Diferimentos - Rúbrica Ativa	-3.199.007,65	-15,90%	55.972,45	0,33%	707.814,52	4,17%	6.462.508,04	36,55%	4.179.524,49	17,31%
<b>Circulante</b>	<b>-5.689.984,34</b>	<b>-21,55%</b>	<b>2.954.807,44</b>	<b>14,27%</b>	<b>-476.998,40</b>	<b>-2,02%</b>	<b>19.823.107,33</b>	<b>85,49%</b>	<b>2.073.468,66</b>	<b>4,82%</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>-349.071,40</b>	<b>-0,12%</b>	<b>9.647.790,01</b>	<b>3,31%</b>	<b>-603.861,54</b>	<b>-0,20%</b>	<b>17.808.054,34</b>	<b>5,92%</b>	<b>21.977.006,08</b>	<b>6,90%</b>
Fundos Próprios	-34.424.046,10	-15,79%	-53.594.602,13	-29,19%	-18.329.175,97	-14,10%	5.775.322,99	5,17%	17.308.626,29	14,73%
Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo	6.106.968,14	26,28%	26.026.990,10	88,70%	-15.354.344,19	-27,73%	-27.288.172,34	-68,20%	-2.370.610,42	-18,63%
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	28.090.774,85	80,79%	29.693.334,05	47,24%	26.549.001,42	28,68%	34.728.435,68	29,16%	5.567.508,62	3,62%
Acréscimos e Diferimentos - Rúbrica Passiva	-122.768,29	-0,76%	7.522.067,99	46,90%	6.530.657,20	27,72%	4.592.468,01	15,26%	12.606.498,83	36,35%
<b>Total do Passivo</b>	<b>34.074.974,70</b>	<b>45,94%</b>	<b>63.242.392,14</b>	<b>58,43%</b>	<b>17.725.314,43</b>	<b>10,34%</b>	<b>12.032.731,35</b>	<b>6,36%</b>	<b>4.668.379,79</b>	<b>2,32%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>-349.071,40</b>	<b>-0,12%</b>	<b>9.647.790,01</b>	<b>3,31%</b>	<b>-603.861,54</b>	<b>-0,20%</b>	<b>17.808.054,34</b>	<b>5,92%</b>	<b>21.977.006,08</b>	<b>6,90%</b>

## 7.1.2. Evolução das Contas de Terceiros

### 7.1.2.1. Dívidas de Terceiros

#### 7.1.2.1.1. Dívidas de Terceiros em Geral

Os créditos a receber de terceiros apresentam a seguinte decomposição, por grandes categorias, no período em apreço:



### Quadro nº 77 - Principais rubricas das dívidas de terceiros: 2008 – 2013

Dívidas de Terceiros	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Médio e Longo Prazo						
Empréstimos Concedidos M/L Prazo	978.039,66	908.316,37	827.821,62	759.708,46	683.405,50	610.159,21
<b>Subtotal</b>	<b>978.039,66</b>	<b>908.316,37</b>	<b>827.821,62</b>	<b>759.708,46</b>	<b>683.405,50</b>	<b>610.159,21</b>
Curto Prazo						
Contribuintes	152.023,84	182.339,43	413.057,81	206.210,34	412.111,71	792.284,61
Utentes	1.172.120,49	1.198.903,00	1.692.051,45	193.342,83	210.471,17	23.686,15
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	55.601,43	130.251,40	613.619,69	255.205,86	57.772,10	-204.479,45
Estado e outros entes publicos	4.597,98	43.376,66	128.798,24	1.140.779,46	1.835.849,07	1.819.197,59
Outros devedores	2.845.155,44	426.603,89	1.656.854,66	1.264.317,71	14.353.426,82	12.793.993,25
<b>Subtotal</b>	<b>4.229.499,18</b>	<b>1.981.474,38</b>	<b>4.504.381,85</b>	<b>3.059.856,20</b>	<b>16.869.630,87</b>	<b>15.224.682,15</b>
<b>Total</b>	<b>5.207.538,84</b>	<b>2.889.790,75</b>	<b>5.332.203,47</b>	<b>3.819.564,66</b>	<b>17.553.036,37</b>	<b>15.834.841,36</b>

#### 7.1.2.1.2. Decomposição das Dívidas de Terceiros

As Dívidas de Terceiros a médio e longo prazo respeitam a empréstimos concedidos pelo Município no âmbito de programas que visavam o combate a carências habitacionais, tratando-se por isso de medidas de cariz social. Ao longo do quinquénio este ativo reduziu-se entre 68 e 80 mil euros por ano, mantendo-se assim uma variação estável ao longo do período em análise.

Estes empréstimos a médio e longo prazo respeitam aos seguintes projetos:

### Quadro nº 78 - Projetos incluídos nas dívidas de terceiros a médio e longo prazo: 2008 – 2013

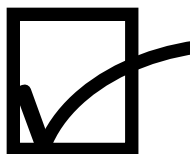
Dívidas de Terceiros	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Médio e Longo Prazo						
Empréstimos Concedidos M/L Prazo						
Habituação	978.039,66	908.316,37	827.821,62	759.708,46	683.405,50	610.159,21
Urbanização - Coca Maravilhas	966.341,34	894.639,47	816.425,16	750.268,14	676.381,70	605.579,90
Urbanização - Bairro do Pontal	14.782,59	13.543,04	11.262,60	9.306,46	6.889,94	4.395,45
Bairro Popular - Alvor	133,86	133,86	133,86	133,86	133,86	183,86
Vale Lagar	-3.218,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>978.039,66</b>	<b>908.316,37</b>	<b>827.821,62</b>	<b>759.708,46</b>	<b>683.405,50</b>	<b>610.159,21</b>

As Dívidas de terceiros a curto prazo apresentam a seguinte decomposição no final de cada ano do período em análise:

### Quadro nº 79 - Decomposição das dívidas de terceiros a curto prazo: 2008 – 2013

Dívidas de Terceiros	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Curto Prazo						
Contribuintes	152.023,84	182.339,43	413.057,81	206.210,34	412.111,71	792.284,61
Impostos Diretos	0,00	0,00	242.392,44	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	134.383,04	165.716,71	166.782,88	204.716,69	366.441,98	716.391,76
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17.640,80	16.622,72	3.882,49	1.493,65	45.669,73	75.892,85
Utentes	1.172.120,49	1.198.903,00	1.692.051,45	193.342,83	210.471,17	23.686,15
Vendas e Prestação de Serviços	985.843,04	1.017.495,88	1.493.840,33	4.914,75	7.927,54	2.708,99
Rendas e Alugueres	186.277,45	181.407,12	198.211,12	188.428,08	202.543,63	20.977,16
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	55.601,43	130.251,40	613.619,69	255.205,86	57.772,10	-204.479,45
Cobranças em Atraso	14.295,27	2.767,75	1.502.759,85	1.028.636,58	179.248,99	340.691,36
Cobranças em Litígio	293.193,91	429.305,02	443.330,45	445.547,22	1.563.067,56	1.565.253,19
Provisões para Cobrança Duvidosa	-251.887,75	-301.821,37	-1.332.470,61	-1.218.977,94	-1.684.544,45	-2.110.424,00
Estado e outros entes publicos	4.597,98	43.376,66	128.798,24	1.140.779,46	1.835.849,07	1.819.197,59
Imposto S/ Valor Acrescentado (IVA) a recuperar	4.597,98	43.376,66	128.798,24	1.140.779,46	935.849,07	919.197,59
Imposto S/ Valor Acrescentado (IVA) - Reembolsos Pedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	900.000,00
Outros devedores	2.845.155,44	426.603,89	1.656.854,66	1.264.317,71	14.353.426,82	12.793.993,25
Fundos e Serviços Autónomos	0,00	0,00	1.263.800,00	977.669,73	332.698,71	279.136,75
Administração Autarquica	10.852,32	10.852,32	10.852,32	10.852,32	13.403.022,19	11.869.329,81
Transferências p/ Autarquias Locais - Administração Central	2.472.064,09	234.080,76	191.446,36	0,00	0,00	0,00
Transferências p/ Autarquias Locais - Fundos Comunitários	0,00	0,00	0,00	54.345,51	376.187,60	378.728,98
Rendas Resolúveis	75.953,67	81.444,70	95.695,40	97.719,02	98.620,56	92.341,41
Diversos	286.285,36	100.226,11	95.060,58	123.731,13	142.897,76	174.456,30
<b>Total</b>	<b>4.229.499,18</b>	<b>1.981.474,38</b>	<b>4.504.381,85</b>	<b>3.059.856,20</b>	<b>16.869.630,87</b>	<b>15.224.682,15</b>





Quanto aos créditos a receber de curto prazo, e fruto da confrontação entre as diversas posições a 31 de dezembro de cada ano, podemos constatar uma quantia significativamente superior na sub-rubrica “Administração Autárquica” da rubrica de “Outros Devedores” em 31 de dezembro de 2012 e 2013. Este aumento deveu-se à inscrição nesta rubrica do montante de 14.891.810,74 relativa a uma redução de capital na participada EMARP (detida a 100% pelo Município), o qual ainda se encontra, quase na sua totalidade, por receber. Este aumento neste ativo teve como contrapartida uma diminuição no ativo referente a Investimentos Financeiros (ver 7.1.1.).

Da análise efetuada às demonstrações financeiras de 2012 e 2013 da mencionada participada podemos concluir sobre a inexistência de meios financeiros líquidos que possibilitassem o cumprimento desta obrigação perante o MP. Desta forma, trata-se na realidade de um ativo que poderá vir a ser realizado no médio e longo prazo mas nunca no curto prazo como foi apresentado nos últimos dois períodos em análise na sub-rubrica de “Administração Autárquica” da rubrica de “Outros Devedores”.

Globalmente, as quantias a receber de terceiros são manifestamente insuficientes para fazer face aos compromissos de curto prazo perante terceiros.

## 7.1.2.2. Dívidas a Terceiros

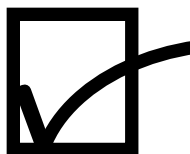
### 7.1.2.2.1. Dívidas a Terceiros em Geral

As Dívidas a Terceiros apresentam a seguinte composição, por grandes categorias, no final de cada ano do período em apreço:

#### Quadro nº 80 - Principais rubricas das dívidas a terceiros: 2008 – 2013

Dívidas a Terceiros	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
Empréstimos Obtidos m/l prazo	23.235.185,54	29.342.153,68	27.041.080,39	21.699.797,55	12.726.627,25	10.356.016,83
Fornecedores c/c - Factoring	0,00	0,00	15.299.842,84	10.684.932,76	0,00	0,00
Fornecedores Imobilizado - Factoring	0,00	0,00	13.028.220,55	7.630.069,28	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>23.235.185,54</b>	<b>29.342.153,68</b>	<b>55.369.143,78</b>	<b>40.014.799,59</b>	<b>12.726.627,25</b>	<b>10.356.016,83</b>
<b>Curto Prazo</b>						
Empréstimos de curto prazo	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
Componente de Curto Prazo dos Empréstimos	0,00	0,00	0,00	2.785.338,54	10.539.835,60	8.930.117,55
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	107.529,45	195.575,15	269.751,62	279.382,37	288.811,18	294.329,39
Fornecedores c/c	3.000.800,67	4.896.558,26	5.796.845,83	8.844.377,41	32.081.424,78	32.004.658,92
Fornecedores c/c - Factoring	14.179.531,23	30.654.682,20	42.765.386,36	50.689.736,03	60.358.123,65	60.249.097,33
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.439.577,50	3.433.439,62	15.611.571,53	26.373.192,85	2.751.758,19	1.585.648,64
Estado e outros entes públicos	236.107,63	225.601,00	673.195,75	335.364,67	608.106,76	379.199,43
Fornecedores de imobilizado c/c	2.647.947,29	3.031.717,90	2.658.458,59	4.791.446,13	4.349.701,20	6.209.895,02
Fornecedores de imobilizado - Leasing	0,00	0,00	0,00	87.117,50	11.646,80	0,00
Fornecedores Imobilizado - Factoring	5.155.320,15	13.027.073,00	7.481.099,15	16.624.943,97	23.453.455,04	20.486.595,96
Fornecedores de imobilizado c/c - fact. recepção e conferência	5.587.038,07	789.647,08	986.812,87	300.478,88	552.951,76	90.525,24
Administração Autárquica	40.862,50	712.107,42	465.587,50	821.393,43	927.051,54	725.740,36
Outros credores	782.974,53	2.486.555,98	12.499.757,67	3.671.663,50	14.412.885,60	13.825.870,05
Garantias e Cauções	594.156,57	409.662,83	347.487,62	500.520,63	497.639,49	484.205,08
<b>Subtotal</b>	<b>34.771.845,59</b>	<b>62.862.620,44</b>	<b>92.555.954,49</b>	<b>119.104.955,91</b>	<b>153.833.391,59</b>	<b>148.265.882,97</b>
<b>Total</b>	<b>58.007.031,13</b>	<b>92.204.774,12</b>	<b>147.925.098,27</b>	<b>159.119.755,50</b>	<b>166.560.018,84</b>	<b>158.621.899,80</b>

O total das Dívidas a Terceiros passou de 58 milhões (2008) para 158,6 milhões (2013).



De referir que a segregação entre médio e longo prazo e curto prazo se deve apenas ao limite temporal do vencimento das responsabilidades assumidas já que a natureza das dívidas é a mesma. O quadro seguinte apresenta as dívidas a terceiros agregadas por natureza e distribuídas por prazos de exigibilidade:

**Quadro nº 81 - Decomposição das dívidas a terceiros por prazos: 2008 – 2013**

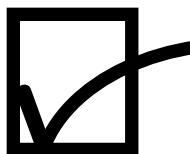
Dívidas a Terceiros	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Empréstimos Obtidos</b>	<b>23.235.185,54</b>	<b>32.342.153,68</b>	<b>30.041.080,39</b>	<b>27.485.136,09</b>	<b>26.266.462,85</b>	<b>22.286.134,38</b>
Médio e Longo Prazo	23.235.185,54	29.342.153,68	27.041.080,39	21.699.797,55	12.726.627,25	10.356.016,83
Curto Prazo	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	5.785.338,54	13.539.835,60	11.930.117,55
<b>Factoring</b>	<b>19.334.851,38</b>	<b>43.681.755,20</b>	<b>78.574.548,90</b>	<b>85.629.682,04</b>	<b>83.811.578,69</b>	<b>80.735.693,29</b>
Médio e Longo Prazo	0,00	0,00	28.328.063,39	18.315.002,04	0,00	0,00
Curto Prazo	19.334.851,38	43.681.755,20	50.246.485,51	67.314.680,00	83.811.578,69	80.735.693,29
<b>Fornecedores c/c e em receção e conferência</b>	<b>5.440.378,17</b>	<b>8.329.997,88</b>	<b>21.408.417,36</b>	<b>35.217.570,26</b>	<b>34.833.182,97</b>	<b>33.590.307,56</b>
Curto Prazo	5.440.378,17	8.329.997,88	21.408.417,36	35.217.570,26	34.833.182,97	33.590.307,56
<b>Fornecedores de imobilizado c/c e em receção e conferência</b>	<b>8.234.985,36</b>	<b>3.821.364,98</b>	<b>3.645.271,46</b>	<b>5.091.925,01</b>	<b>4.902.652,96</b>	<b>6.300.420,26</b>
Curto Prazo	8.234.985,36	3.821.364,98	3.645.271,46	5.091.925,01	4.902.652,96	6.300.420,26
<b>Outros credores</b>	<b>782.974,53</b>	<b>2.486.555,98</b>	<b>12.499.757,67</b>	<b>3.671.663,50</b>	<b>14.412.885,60</b>	<b>13.825.870,05</b>
Curto Prazo	782.974,53	2.486.555,98	12.499.757,67	3.671.663,50	14.412.885,60	13.825.870,05
<b>Outros</b>	<b>978.656,15</b>	<b>1.542.946,40</b>	<b>1.756.022,49</b>	<b>2.023.778,60</b>	<b>2.333.255,77</b>	<b>1.883.474,26</b>
Curto Prazo	978.656,15	1.542.946,40	1.756.022,49	2.023.778,60	2.333.255,77	1.883.474,26
<b>Total</b>	<b>58.007.031,13</b>	<b>92.204.774,12</b>	<b>147.925.098,27</b>	<b>159.119.755,50</b>	<b>166.560.018,84</b>	<b>158.621.899,80</b>

O aumento verificado durante o período em análise, em cerca de 100,6 milhões de euros, deveu-se, essencialmente, às rubricas de “*Factoring*”, na quantia de 61,4 milhões de euros, e de “Fornecedores C/C” e “em receção e conferência” na quantia de 28,1 milhões de euros. De salientar que o aumento verificado se deve em grande medida à execução de contratos programa com a PU, o que contribuiu para o aumento de 34,1 milhões de euros em “*Factoring*” e de 17,9 milhões de euros em “Fornecedores C/C” e “em receção e conferência”.

De salientar, ainda, que em 2012 e 2013 a totalidade das dívidas de *Factoring* já se encontravam totalmente vencidas pelo que, encontrando-se apresentadas no curto prazo, acabam por, factualmente, assumir uma certa estabilidade (as entidades financeiras envolvidas, na prática, têm “contemporizado” com muitas dessas quantias vencidas, aguardando certamente ocasião para renegociação no âmbito de ações de saneamento financeiro público do Município...).

#### 7.1.2.2.2. Levantamento e Análise das Dívidas a Terceiros

As rubricas passivas de terceiros decompõem-se da seguinte forma, atendendo ao tipo/natureza das entidades e operações:



**Quadro nº 82 - Decomposição das dívidas a terceiros, por tipo/natureza: 2008 – 2013**

Dívidas a Terceiros	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
Empréstimos Obtidos m/l prazo	23.235.185,54	29.342.153,68	27.041.080,39	21.699.797,55	12.726.627,25	10.356.016,83
Fornecedores c/c - Factoring	0,00	0,00	15.299.842,84	10.684.932,76	0,00	0,00
Fornecedores Imobilizado - Factoring	0,00	0,00	13.028.220,55	7.630.069,28	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>23.235.185,54</b>	<b>29.342.153,68</b>	<b>55.369.143,78</b>	<b>40.014.799,59</b>	<b>12.726.627,25</b>	<b>10.356.016,83</b>
<b>Curto Prazo</b>						
Empréstimos de curto prazo	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
Componente de Curto Prazo dos Empréstimos	0,00	0,00	0,00	2.785.338,54	10.539.835,60	8.930.117,55
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	107.529,45	195.575,15	269.751,62	279.382,37	288.811,18	294.329,39
Fornecedores c/c	3.000.800,67	4.896.558,26	5.796.845,83	8.844.377,41	32.081.424,78	32.004.658,92
Fornecedores c/c - Factoring	14.179.531,23	30.654.682,20	42.765.386,36	50.689.736,03	60.358.123,65	60.249.097,33
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.439.577,50	3.433.439,62	15.611.571,53	26.373.192,85	2.751.758,19	1.585.648,64
Estado e outros entes públicos	236.107,63	225.601,00	673.195,75	335.364,67	608.106,76	379.199,43
Fornecedores de imobilizado c/c	2.647.947,29	3.031.717,90	2.658.458,59	4.791.446,13	4.349.701,20	6.209.895,02
Fornecedores de imobilizado - Leasing	0,00	0,00	0,00	87.117,50	11.646,80	0,00
Fornecedores Imobilizado - Factoring	5.155.320,15	13.027.073,00	7.481.099,15	16.624.943,97	23.453.455,04	20.486.595,96
Fornecedores de imobilizado c/c - fact. recepção e conferência	5.587.038,07	789.647,08	986.812,87	300.478,88	552.951,76	90.525,24
Administração Autárquica	40.862,50	712.107,42	465.587,50	821.393,43	927.051,54	725.740,36
Outros credores	782.974,63	2.486.555,98	12.499.757,67	3.671.663,50	14.412.885,60	13.825.870,05
Garantias e Cauções	594.156,57	409.662,83	347.487,62	500.520,63	497.639,49	484.205,08
<b>Subtotal</b>	<b>34.771.845,59</b>	<b>62.562.620,44</b>	<b>92.555.954,49</b>	<b>119.104.955,91</b>	<b>153.833.391,59</b>	<b>148.265.862,97</b>
<b>Total</b>	<b>58.007.031,13</b>	<b>92.204.774,12</b>	<b>147.925.098,27</b>	<b>159.119.755,50</b>	<b>166.560.018,84</b>	<b>158.621.899,80</b>

A rubrica de “**Empréstimos Obtidos**” apresenta a seguinte evolução ao longo do período em análise:

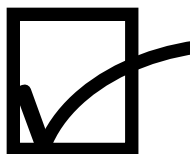
**Quadro nº 83 - Empréstimos obtidos no final de cada ano: 2008 – 2013**

Dívidas a Terceiros - Empréstimos	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
<b>Empréstimos Obtidos m/l prazo</b>						
Caixa Geral de Depósitos, S.A	11.398.367,18	10.481.033,78	9.518.779,32	7.455.592,77	6.390.119,07	5.444.355,16
Banco Santander Totta, S.A	3.605.937,22	3.281.295,60	2.909.827,23	2.200.989,97	1.822.940,20	1.691.745,14
Banco BPI, S.A	473.308,14	4.686.035,10	3.718.684,84	1.784.499,32	817.278,98	318.892,63
Dexia-Sabadell, S.A	7.197.500,00	7.197.500,00	7.197.500,00	6.562.426,49	0,00	0,00
Direção-Geral do Tesouro	560.073,00	3.696.289,00	3.696.289,00	3.696.289,00	3.696.289,00	2.901.023,90
<b>Subtotal</b>	<b>23.235.185,54</b>	<b>29.342.153,68</b>	<b>27.041.080,39</b>	<b>21.699.797,55</b>	<b>12.726.627,25</b>	<b>10.356.016,83</b>
<b>Curto Prazo</b>						
<b>Empréstimos de curto prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>
Caixa Geral de Depósitos	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00
<b>Componente de Curto Prazo dos Empréstimos</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.785.338,54</b>	<b>10.539.835,60</b>	<b>8.930.117,55</b>
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>5.785.338,54</b>	<b>13.539.835,60</b>	<b>11.930.117,55</b>
<b>Total</b>	<b>23.235.185,54</b>	<b>32.342.153,68</b>	<b>30.041.080,39</b>	<b>27.485.136,09</b>	<b>26.266.462,85</b>	<b>22.286.134,38</b>

Até final de 2009 a dívida referente aos empréstimos obtidos aumentou cerca de 9,1 milhões. Este aumento deveu-se, essencialmente, à contração de um empréstimo de curto prazo, junto da Caixa Geral de Depósitos, com a finalidade de fazer face a dificuldades momentâneas de tesouraria e ainda à contração, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado, de dois empréstimos de médio e longo prazo, no montante global de 7,8 milhões. A partir de 2010, estas responsabilidades têm vindo paulatinamente a diminuir (início de 2010: 32 milhões e 2013: 22,2 milhões). Esta redução deve-se, em grande medida, e em cerca de 7,1 milhões, à liquidação dos empréstimos no “*Dexia-Sabadell, S.A.*” respeitantes às obras do Fórum Municipal de Portimão e da Piscina Municipal da Mexilhoeira Grande (ver anexo 12).

De referir que, a partir de 2011, o Município começou a separar a parcela dos empréstimos de médio e longo prazo, que se venciam imediatamente no período seguinte (curto prazo), pelo que a leitura do mapa anterior deve ter em consideração esse aspeto sob pena de uma interpretação errónea quanto à evolução destas obrigações a curto prazo durante o período em análise.

Outra forma de financiamento utilizada pelo MP foi o **recurso ao factoring**. Ao contrário dos empréstimos obtidos e ao longo do período em análise a obrigação



perante as instituições financeiras decorrente da referida forma de financiamento aumentou significativamente (2008: 19,3 milhões e 2013: 80,7 milhões), tendo quadruplicado, não obstante nos últimos dois anos ter diminuído. A diminuição verificada em 2012 e 2013 deve-se ao facto do Município ter dado prioridade a estes pagamentos, na **expectativa** de vir a receber verbas, em 2013, através do Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Portimão. De realçar o facto do incumprimento no pagamento das responsabilidades perante o *factoring* implicar um aumento do gasto com juros, através da alteração dos *spreads* e dos juros de mora.

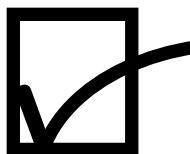
De seguida apresentamos a evolução das responsabilidades do Município perante o financiamento através de *factoring*, discriminando pelas entidades cujas quantias se apresentam como mais significativas relativamente às operações a montante e que originaram essa operação financeira de *factoring*:

#### Quadro nº 84 - Decomposição das dívidas relevantes em *factoring*: 2008 – 2013

Dívidas a Terceiros - Factoring	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
Fornecedores c/c - Factoring	0,00	0,00	15.299.842,84	10.684.932,76	0,00	0,00
Fornecedores Imobilizado - Factoring	0,00	0,00	13.028.220,55	7.630.069,28	0,00	0,00
Banco Português de Investimento, S.A.	0,00	0,00	7.059.363,27	5.581.906,29	0,00	0,00
Santander Crédito Especializado	0,00	0,00	3.889.563,04	772.626,36	0,00	0,00
Caixa Leasing e Factoring	0,00	0,00	2.079.294,24	919.286,63	0,00	0,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuuo do Algarve, CRL	0,00	0,00	0,00	356.250,00	0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>28.328.063,39</b>	<b>18.315.002,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Curto Prazo</b>						
Fornecedores c/c - Factoring	14.179.531,23	30.315.051,59	42.765.386,36	50.333.486,03	60.358.123,65	60.249.097,33
Portimão Urbis SGRU, S.A.	6.707.821,98	9.502.004,97	21.513.467,96	23.864.638,68	40.944.791,65	40.844.791,65
Frota Azul, LDA	3.176.945,79	6.433.804,79	7.852.766,52	8.020.098,64	8.020.098,64	8.020.098,64
Parkalgar - Parques Tecnológicos e Desportivos, LDA	0,00	1.036.668,00	3.539.072,00	6.386.473,88	6.339.473,88	6.339.473,88
Outros	4.294.763,46	13.342.573,83	9.860.079,88	12.082.274,83	5.053.759,48	5.044.733,16
Fornecedores Imobilizado - Factoring	5.155.320,15	13.027.073,00	7.481.099,15	16.624.943,97	23.453.455,04	20.486.595,96
Banco Português de Investimento, S.A.	526.741,46	4.074.002,93	8.401.891,22	311.663,81	311.663,81	311.663,81
Tecnovia-Sociedade de Empreitadas, S.A.	0,00	0,00	129.057,20	311.663,81	311.663,81	311.663,81
Outros	526.741,46	4.074.002,93	8.272.834,02	0,00	0,00	0,00
Banco Comercial Português, S.A.	973.708,78	1.404.321,84	35.777,50	1.338.067,97	1.338.067,97	35.777,50
Diversos	973.708,78	1.404.321,84	35.777,50	1.338.067,97	1.338.067,97	35.777,50
BPN	0,00	0,00	149.696,76	81.662,60	0,00	0,00
Diversos	0,00	0,00	149.696,76	81.662,60	0,00	0,00
Tota Crédito Especializado	14.097,00	4.965.405,54	7.034.151,90	6.886.892,92	6.886.892,92	6.886.892,92
Construtora Abrantina, S.A.	0,00	660.714,86	660.714,86	660.714,86	660.714,86	660.714,86
FDO-Construções, S.A.	0,00	3.079.442,17	2.739.442,17	2.739.442,17	2.739.442,17	2.739.442,17
Maja-Construções, S.A.	0,00	0,00	782.954,86	779.954,86	779.954,86	779.954,86
Construções Marques & Guedes, LDA	0,00	0,00	107.095,52	636.410,77	636.410,77	636.410,77
Outros	14.097,00	1.225.248,51	2.743.944,49	2.070.370,26	2.070.370,26	2.070.370,26
Resaleasing e Factoring	3.068.365,92	1.430.094,44	2.294.775,01	2.357.137,30	2.354.959,83	2.354.959,83
José de Sousa Barra & Filhos, LDA	401.814,78	785.203,74	955.707,25	1.031.562,76	1.012.383,20	1.012.383,20
Lumigarbe-Mobiliário e Equipamento para Escritório, LDA	0,00	0,00	283.959,50	285.177,50	285.177,50	285.177,50
Aquino Construções, S.A.	0,00	298.033,77	289.298,41	286.598,41	286.598,41	286.598,41
MJP-Manuel Joaquim Pinto, S.A.	0,00	162.260,41	309.897,73	298.886,51	298.886,51	298.886,51
Outros	2.666.551,14	184.596,52	455.912,12	454.912,12	471.914,21	471.914,21
Caixa Leasing e Factoring	572.406,99	813.617,64	2.593.027,31	3.114.213,72	2.769.628,35	2.753.189,71
SPEC-Soc. Portuguesa de Engenharia e Construção, LDA	409.705,92	556.293,11	501.963,89	842.730,92	835.376,29	832.353,27
Construtora Abrantina, S.A.	0,00	0,00	436.598,83	436.598,83	420.123,41	420.123,41
FDO-Construções, S.A.	0,00	0,00	278.138,54	278.138,54	272.684,84	267.231,14
Algastradas-Construção de Estradas e Obras Públicas, S.A.	0,00	0,00	267.499,54	267.499,54	240.588,79	235.455,62
Urbanitécnica-Const. e Obras Públicas, LDA	0,00	0,00	218.356,82	218.356,82	210.196,16	210.196,16
Outros	162.701,07	257.324,53	890.469,69	1.070.889,07	790.658,86	787.830,11
Barclays Bank PLC	0,00	0,00	0,00	9.809.124,93	9.792.242,16	8.144.112,19
Construtora San José, S.A.	0,00	0,00	0,00	1.215.943,16	1.215.943,16	1.215.943,16
Alexandre Barbosa Borges, S.A.	0,00	0,00	0,00	6.537.315,27	6.537.315,27	6.537.315,27
Outros	0,00	0,00	0,00	2.055.868,50	2.038.983,73	390.853,76
Outros	0,00	339.630,61	0,00	356.250,00	0,00	0,00
<b>Quantia apresentada a Médio e Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-13.028.220,55</b>	<b>-7.630.069,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subtotal</b>	<b>19.334.851,38</b>	<b>43.681.755,20</b>	<b>50.246.485,51</b>	<b>67.314.680,00</b>	<b>83.811.578,69</b>	<b>80.735.693,29</b>
<b>Total</b>	<b>19.334.851,38</b>	<b>43.681.755,20</b>	<b>78.574.548,90</b>	<b>85.629.682,04</b>	<b>83.811.578,69</b>	<b>80.735.693,29</b>

Chamamos a atenção para o facto de, em 2013, 83% desta obrigação advir de responsabilidades inicialmente assumidas perante as seguintes entidades:

- Portimão Urbis - 51%;



# ABREU & CIPRIANO, AUDITORES, SROC

## Inscrita na O.R.O.C. sob o n.º 119

- Frota Azul, LDA – 10%;
- Parkalgar, LDA – 8%;
- Alexandre Barbosa Borges, S.A. – 8%.

No anexo nº 13, apresentamos um mapa que inclui outras entidades cujo peso nesta rubrica é menos significativo.

De seguida é apresentada a evolução dos terceiros, apresentados nas rubricas de “Fornecedores C/C”, “Fornecedores de Imobilizado”, “Fornecedores conta Faturas em Receção e Conferência” e “Outros Credores” (Ver anexos nº 14 a 17, com mapas mais detalhados incluindo entidades com peso menos significativo nas respetivas rubricas).

Quanto às dívidas a fornecedores mais relevantes, no final de cada ano do período em apreço, temos:

### Quadro nº 85 - Dívidas a fornecedores c/ corrente, por entidade: 2008 – 2013

Dívidas a Terceiros - Fornecedores C/C	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Fornecedores c/c</b>						
EMARP-Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M.	718.096,08	604.094,25	1.466.238,54	2.650.279,36	3.350.250,13	4.051.968,93
A.D.S.E.	154.320,47	432.141,76	173.515,52	104.892,25	368.321,37	525.086,61
Portimão Urbis SGRU, S.A.	121.652,94	111.930,05	1.425.025,01	180.975,06	21.318.937,65	17.979.504,70
Cespa Portugal, S.A.	87.124,71	155.774,89	73.974,94	289.621,07	339.766,83	415.457,65
Securitas- Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	50.358,79	200.200,44	207.468,08	442.032,38	504.004,15	588.307,25
Prologica-Sistemas Informáticos, S.A.	0,00	0,00	124.273,06	126.327,16	376.927,38	267.395,21
Serra Jardim Espaços Verdes, LDA	0,00	0,00	31.159,75	355.213,23	472.916,88	571.438,55
Ensinar a Sorrir-Associação Solidariedade e Apoio à Família	0,00	0,00	0,00	232.137,37	398.537,81	396.384,58
EDP-Serviço Universal, S.A.	0,00	0,00	0,00	129.318,44	155.565,38	439.310,39
Parkalgar-Parques Tecnológicos e Desportivos, LDA	0,00	34.680,00	1.650,25	1.650,25	1.650,25	898.407,92
Alexandre Barbosa Borges, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	44.192,05	380.001,21
<b>Total</b>	<b>3.000.800,67</b>	<b>4.896.558,26</b>	<b>5.796.845,83</b>	<b>8.844.377,41</b>	<b>32.081.424,78</b>	<b>32.004.658,92</b>

As quantias apresentadas em “Fornecedores C/C”, a 31 de dezembro de cada ano em análise, tiveram um aumento relevante (2008: 3 milhões e 2013: 32 milhões). Esse aumento deve-se, maioritariamente, às responsabilidades assumidas perante a PU em 2012, em cerca de 21 milhões.

Em relação às dívidas a fornecedores de imobilizado mais relevantes, no final de cada ano do período em apreço, temos:

### Quadro nº 86 - Dívidas a fornecedores de imobilizado, por entidade: 2008 – 2013

Dívidas a Terceiros - Fornecedores de Imobilizado	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Fornecedores de imobilizado</b>						
Alexandre Barbosa Borges, S.A.	91.749,38	0,00	0,00	52.956,96	52.956,96	1.145.548,73
Bedaril-Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, LDA	81.623,58	224.211,62	308.970,07	277.287,40	277.287,40	277.287,40
Vibeiras-Sociedade Comercial de Plantas, S.A.	0,00	181.657,36	4.032,24	0,00	95.822,90	258.237,81
Maja-Construções, S.A.	0,00	153.711,31	178.070,32	241.859,64	286.831,18	286.831,18
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, CRL	0,00	0,00	178.125,00	534.375,00	534.375,00	356.250,00
Bemposta-Investimentos Turísticos do Algarve, S.A.	0,00	0,00	17.020,05	636.019,57	52.741,62	541.963,29
Armando Cunha, S.A.	0,00	0,00	0,00	552.284,90	192.341,83	531.661,06
Lovimec-Renovação Urbana e Construções Unipessoal, LDA	0,00	0,00	0,00	124.567,20	248.661,22	261.793,56
Nicolau de Macedo, LDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.717,91
Outros de Quantia Superior a 50.000,00 €	2.192.464,05	2.034.042,75	564.737,18	1.856.790,66	2.096.357,63	1.776.965,85
Outros de Quantia Inferior a 50.000,00 €	282.110,28	438.094,86	1.407.503,73	515.304,80	512.325,46	484.638,23
<b>Total</b>	<b>2.647.947,29</b>	<b>3.031.717,90</b>	<b>2.658.458,59</b>	<b>4.791.446,13</b>	<b>4.349.701,20</b>	<b>6.209.895,02</b>

Em “Fornecedores de Imobilizado” constatou-se uma variação de cerca de 3,6 milhões de euros ao longo do quinquénio (2008: 2,6 milhões e 2013: 6,2 milhões) que se explica em grande medida pela responsabilidade de 1,1 milhões, assumida em 2013 perante o terceiro Alexandre Barbosa Borges, S.A.



No que respeita às **dívidas a fornecedores em receção e conferência** mais relevantes, no final de cada ano do período considerado, temos:

**Quadro nº 87 - Dívidas a fornecedores em receção e conferência, por entidade: 2008 – 2013**

Dívidas a Terceiros - Facturas em Receção e Conferência	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Fornecedores - Facturas em receção e conferência</b>	<b>2.439.577,50</b>	<b>3.433.439,62</b>	<b>15.611.571,53</b>	<b>26.373.192,85</b>	<b>2.751.758,19</b>	<b>1.585.648,64</b>
EMARP-Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M.	444.462,82	458.691,07	853.322,50	874.423,36	108.486,30	139.524,15
FDO-Construções, S.A.	0,00	574.587,69	316.442,49	316.442,49	270.786,69	316.442,49
Parkalgar - Parques Tecnológicos e Desportivos, LDA	0,00	534.000,00	235.950,00	327.508,98	321.438,09	308.803,55
Securitas- Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	49.956,79	67.192,93	102.570,34	133.790,81	230.552,26	241.644,16
Outros de Quantidade Superior a 50.000,00 €	1.295.308,43	1.101.863,56	13.366.833,97	23.987.898,03	1.269.550,58	340.480,10
Outros de Quantidade Inferior a 50.000,00 €	649.849,46	697.104,37	736.452,23	733.129,18	550.944,27	238.754,19
<b>Fornecedores de imobilizado c/c - fact. receção e conferência</b>	<b>5.587.038,07</b>	<b>789.647,08</b>	<b>986.812,87</b>	<b>300.478,88</b>	<b>552.951,76</b>	<b>90.525,24</b>
Diversos	5.587.038,07	789.647,08	986.812,87	300.478,88	552.951,76	90.525,24
<b>Total</b>	<b>8.026.615,57</b>	<b>4.223.086,70</b>	<b>16.598.384,40</b>	<b>26.673.671,73</b>	<b>3.304.709,95</b>	<b>1.676.173,88</b>

Esta rubrica, tal como o nome indica, respeita a um momento na organização em que as faturas são validadas pelos respetivos serviços quanto à boa execução contratual dos bens e serviços requeridos aos fornecedores. Trata-se de uma rubrica contabilística transitória, devendo a sua quantia ser a menor possível nas datas de relato. Como podemos constatar no quadro anterior, e até 2013, esta rubrica apresentava valores significativos o que pode indiciar atrasos nos procedimentos de receção e conferência, ou na verificação das condições para aceitação das faturas e respetivo reconhecimento definitivo da dívida.

Por sua vez, relativamente a **dívidas a outros credores** relevantes, temos:

**Quadro nº 88 - Dívidas a outros credores, por entidade: 2008 – 2013**

Dívidas a Terceiros - Outros Credores	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Outros credores</b>	<b>782.974,53</b>	<b>2.486.555,98</b>	<b>12.499.757,67</b>	<b>3.671.663,50</b>	<b>14.412.885,60</b>	<b>13.825.870,05</b>
Portimão Urbis SGRU, S.A.	0,00	0,00	9.068.687,43	0,00	10.060.599,85	8.520.341,01
UAC-Associação de Desenvolvimento de Portimão Pro-Comercio	0,00	400.000,00	525.000,00	525.000,00	400.000,00	382.500,00
Lar da Criança de Portimão	0,00	229.548,00	231.438,00	192.719,40	480.698,00	480.698,00
ATP-Associação de Turismo de Portimão	0,00	0,00	0,00	187.500,01	400.000,00	420.000,00
Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P.	0,00	0,00	268.819,20	277.206,37	277.206,37	277.206,37
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596.697,00
Outros de Quantidade Superior a 50.000,00 €	459.022,04	977.199,06	1.171.995,42	1.501.514,38	2.534.238,57	1.599.390,26
Outros de Quantidade Inferior a 50.000,00 €	324.952,49	879.808,92	1.234.127,62	987.723,34	260.142,81	1.549.037,41
<b>Garantias e Cauções</b>	<b>594.156,57</b>	<b>409.662,83</b>	<b>347.487,62</b>	<b>500.520,63</b>	<b>497.639,49</b>	<b>484.205,08</b>
Diversos	594.156,57	409.662,83	347.487,62	500.520,63	497.639,49	484.205,08
<b>Total</b>	<b>1.377.131,10</b>	<b>2.896.218,81</b>	<b>12.847.245,29</b>	<b>4.172.184,13</b>	<b>14.910.525,09</b>	<b>14.310.075,13</b>

À semelhança das rubricas relativas ao “*Factoring*” e de “Fornecedores C/C” também em “Outros Credores” se verificou um aumento durante o período em análise e que se cifrou em cerca de 12,9 milhões e que pode ser explicado em grande parte pelo aumento das responsabilidades, em 8,5 milhões, assumidas em 2012 perante a participada PU.

Efetuada uma análise para o conjunto de **todas as dívidas a terceiros** apresentamos de seguida um mapa evidenciando, por entidade e por ordem decrescente, a quantia em dívida a 31 de dezembro de cada ano em análise:



**Quadro nº 89 - Dívidas a terceiros (total), por entidade: 2008 – 2013**

Dívidas a Terceiros - Entidades	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Portimão Urbis SGRU, S.A.	9.601.075,26	9.659.065,34	42.116.360,93	46.752.027,86	72.351.804,73	67.368.157,94
Alexandre Barbosa Borges, S.A.	205.039,69	3.149.730,30	6.759.821,38	7.913.877,79	8.038.245,21	8.157.679,15
Frota Azul, LDA	3.680.713,03	6.581.179,97	10.061.274,72	8.325.567,31	8.158.599,53	8.095.112,70
Parkalgar - Parques Tecnológicos e Desportivos, LDA	0,00	1.570.668,00	3.775.022,00	6.693.982,86	6.660.911,97	6.648.277,43
EMARP-Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, E.M.	1.218.536,89	1.132.313,55	2.527.999,77	3.589.850,04	3.507.218,10	4.204.451,26
FDO-Construções, S.A.	3.969.487,52	3.981.251,70	3.334.023,20	3.344.635,79	3.282.913,70	3.333.728,39
Outros de Quantia Inferior a 500.000,00 €	798.234,27	1.172.670,84	3.777.734,91	3.395.920,23	2.940.294,14	2.860.289,87
Outros de Quantia Inferior a 50.000,00 €	999.713,97	1.987.577,85	2.104.490,03	2.238.253,42	918.686,15	1.895.390,67
José de Sousa Barra & Filhos, LDA	401.814,78	860.381,09	1.031.352,53	1.242.525,77	1.251.723,24	1.253.207,40
Construtora San José, S.A.	1.146.238,39	1.374.168,21	1.215.943,16	1.215.943,16	1.215.943,16	1.215.943,16
Maja-Construções, S.A.	0,00	153.711,31	981.025,18	1.021.814,50	1.079.824,27	1.130.723,91
Construtora Abrantina, S.A.	2.091.560,53	1.190.037,23	1.105.090,59	1.106.586,04	1.080.838,27	1.080.838,27
Serra Jardim Espaços Verdes, LDA	313.336,22	391.773,60	668.576,81	948.984,39	1.061.435,28	1.041.435,28
Educar e Sorrir Associação de Solidariedade e Apoio à Família	124.889,09	514.624,25	1.244.622,94	1.173.117,99	1.016.286,89	1.016.286,89
Construções Marques & Guedes, LDA	0,00	240.913,56	348.009,08	867.324,33	886.698,12	1.006.537,34
Parkalgar-Parques Tecnológicos e Desportivos, LDA	0,00	34.680,00	1.650,25	1.650,25	1.650,25	898.407,92
SPEC-Soc. Portuguesa de Engenharia e Construção, LDA	409.705,92	556.293,11	832.250,32	842.730,92	835.376,29	832.353,27
Bedaril-Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, LDA	109.060,08	355.318,76	771.023,83	731.588,94	731.588,94	830.844,01
Securitas- Serviços e Tecnologia de Segurança, S.A.	100.315,58	267.393,37	310.038,42	575.823,19	734.556,41	829.951,41
JDX Developments, LDA	0,00	0,00	255.080,19	643.514,49	655.478,24	774.571,57
Bemposta-Investimentos Turísticos do Algarve, S.A.	0,00	17.020,05	1.271.588,04	2.362.350,21	1.856.892,50	766.055,39
Armando Cunha, S.A.	0,00	0,00	198.360,23	648.962,42	605.995,39	605.995,39
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596.697,00
A.D.S.E.	207.483,47	513.372,84	180.678,43	147.173,96	398.290,40	545.781,68
UAC-Associação de Desenvolvimento de Portimão Pro-Comercio	0,00	400.000,00	525.000,00	525.000,00	400.000,00	382.500,00
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve, CRL	0,00	0,00	178.125,00	890.625,00	534.375,00	356.250,00
MMP-Mercado Municipal de Portimão, S.A.	1.685.311,21	966.351,71	1.966.351,71	1.966.601,71	0,00	0,00
Portimão Turis E.M.	1.524.000,00	10.969.306,04	16.456.937,80	15.298.344,06	0,00	0,00
Outros de Quantia Inferior a 500.000,00 €	3.711.669,82	7.963.644,98	9.022.347,25	12.365.241,19	14.834.000,33	13.713.906,77
<b>Total Geral</b>	<b>32.298.185,72</b>	<b>55.993.447,66</b>	<b>113.000.778,70</b>	<b>126.830.017,82</b>	<b>135.039.626,51</b>	<b>131.441.374,07</b>

No final de 2013, as entidades PU, Alexandre Barbosa Borges, S.A., Frota Azul, LDA e Parkalgar, LDA, representam 68% das dívidas a terceiros, representando cada uma, respetivamente, 51%, 6%, 6% e 5%. Desta forma conclui-se que a dívida do Município compreende, em grande medida, responsabilidades perante a sua participada, em resultado de contratos-programa celebrados entre as duas entidades.

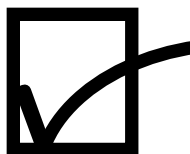
### 7.1.3. Demonstração dos Resultados, Incluindo os Resultados Financeiros e Extraordinários

#### 7.1.3.1. Desempenho Geral

No quadro abaixo apresenta-se um resumo da Demonstração de Resultados do Município de 2008 a 2013 (o mapa com maior decomposição é apresentado no anexo 18):

#### Quadro nº 90 - Demonstrações dos resultados líquidos comparadas: 2008 – 2013

Demonstração dos Resultados Individual	2008	%	2009	%	2010	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	45.322.610,02	90,67%	41.799.460,63	93,07%	37.171.710,79	82,15%
Custos e Perdas Operacionais	61.216.461,67	89,73%	73.747.573,41	86,73%	72.759.375,15	89,18%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-15.893.851,65</b>	<b>87,15%</b>	<b>-31.948.112,78</b>	<b>79,64%</b>	<b>-35.587.664,36</b>	<b>97,92%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.295.900,11	4,59%	1.889.905,94	4,21%	5.669.675,83	12,53%
Custos e Perdas Financeiros	1.569.147,78	2,30%	2.022.756,20	2,38%	2.096.681,06	2,57%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>726.752,33</b>	<b>-3,99%</b>	<b>-132.850,26</b>	<b>0,33%</b>	<b>3.572.994,77</b>	<b>-9,83%</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-15.167.099,32</b>	<b>83,17%</b>	<b>-32.080.963,04</b>	<b>79,97%</b>	<b>-32.014.669,59</b>	<b>88,09%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.370.317,38	4,74%	1.223.370,21	2,72%	2.404.831,71	5,31%
Custos e Perdas Extraordinários	5.439.781,20	7,97%	9.258.040,33	10,89%	6.732.850,24	8,25%
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-3.069.463,82</b>	<b>16,83%</b>	<b>-8.034.670,12</b>	<b>20,03%</b>	<b>-4.328.018,53</b>	<b>11,91%</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>-18.236.563,14</b>	<b>100,00%</b>	<b>-40.115.633,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>-36.342.688,12</b>	<b>100,00%</b>



Demonstração dos Resultados Individual	2011	%	2012	%	2013	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	35.367.203,51	76,51%	40.721.275,79	88,79%	43.405.649,18	92,41%
Custos e Perdas Operacionais	55.266.876,81	82,73%	41.074.109,76	71,00%	35.437.399,01	63,33%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-19.899.673,30</b>	<b>96,68%</b>	<b>-352.833,97</b>	<b>2,94%</b>	<b>7.968.250,17</b>	<b>-88,68%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.170.387,44	4,70%	1.696.633,23	3,70%	1.882.431,18	4,01%
Custos e Perdas Financeiros	6.486.094,86	9,71%	9.962.156,62	17,22%	11.195.346,71	20,01%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-4.315.707,42</b>	<b>20,97%</b>	<b>-8.265.523,39</b>	<b>68,96%</b>	<b>-9.312.915,53</b>	<b>103,64%</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-24.215.380,72</b>	<b>117,65%</b>	<b>-8.618.357,36</b>	<b>71,90%</b>	<b>-1.344.665,36</b>	<b>14,96%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8.687.022,60	18,79%	3.446.033,40	7,51%	1.681.228,07	3,58%
Custos e Perdas Extraordinários	5.054.063,20	7,57%	6.814.350,35	11,78%	9.322.256,22	16,66%
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>3.632.959,40</b>	<b>-17,65%</b>	<b>-3.368.316,95</b>	<b>28,10%</b>	<b>-7.641.028,15</b>	<b>85,04%</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>-20.582.421,32</b>	<b>100,00%</b>	<b>-11.986.674,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>-8.985.693,51</b>	<b>100,00%</b>

De acordo com o quadro supra, podemos verificar que o Município registou prejuízos acentuados de 2008 a 2013, sendo o ano de 2009, com 40 milhões, aquele em que o prejuízo foi maior.

Ao nível operacional constatamos que, até 2010, o Município apresentou resultados negativos bastante significativos, altura em que atingiu o seu ponto mais baixo, cerca de -35,6 milhões. Nos três exercícios seguintes os resultados operacionais cifraram-se em quantias cada vez menos negativas, e em 2013 apresentou-se já um resultado positivo em cerca de 8 milhões. No entanto, foi também em 2013 que os resultados financeiros assumiram o seu pior desempenho, com 9 milhões negativos, situação que deriva do aumento dos custos suportados com juros de mora e juros relativos ao recurso ao *factoring*, motivado pelas sucessivas prorrogações de prazos de pagamento em que as instituições de crédito aproveitaram para alterar os *spread* praticados.

### 7.1.3.2. Resultados Operacionais

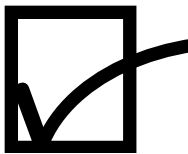
Para uma análise mais detalhada dos resultados operacionais, apresentamos o quadro abaixo:

#### Quadro nº 91 - Resultados operacionais: 2008 – 2013

Resultados Operacionais	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
<b>Proveitos e Ganhos</b>												
Vendas e Prestações de Serviços	2.140.782	4,72%	2.118.530	5,07%	1.989.843	5,35%	809.694	2,29%	800.375	1,97%	640.554	1,48%
Impostos e Taxas	35.377.535	78,06%	27.787.626	66,48%	28.087.466	75,56%	24.756.643	70,00%	29.875.799	73,37%	33.228.181	76,55%
Proveitos Suplementares	18.832	0,04%	0	0,00%	0	0,00%	24	0,00%	87.062	0,21%	41.447	0,10%
Transferências e Subsídios Obtidos	7.707.801	17,01%	11.833.357	28,31%	7.039.698	18,94%	9.782.547	27,66%	9.940.000	24,41%	9.426.184	21,72%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	77.660	0,17%	59.947	0,14%	54.705	0,15%	18.295	0,05%	18.039	0,04%	69.283	0,16%
<b>Total dos Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>45.322.610</b>	<b>100,00%</b>	<b>41.799.461</b>	<b>100,00%</b>	<b>37.171.711</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.367.204</b>	<b>100,00%</b>	<b>40.721.276</b>	<b>100,00%</b>	<b>43.405.649</b>	<b>100,00%</b>
<b>Custos e Perdas</b>												
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.067.391	1,74%	933.093	1,27%	799.641	1,10%	635.257	1,15%	262.054	0,64%	309.780	0,87%
Fornecimentos e Serviços Externos	19.913.196	32,53%	22.704.281	30,79%	21.427.081	29,45%	15.395.030	27,86%	8.111.986	19,75%	6.576.336	18,56%
Custos com o Pessoal	13.056.036	21,33%	16.194.201	21,96%	15.390.287	21,15%	15.162.176	27,43%	13.962.012	33,99%	14.655.057	41,35%
Transf. e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	15.508.452	25,33%	21.349.142	28,95%	21.338.901	29,33%	16.865.214	30,52%	10.862.443	26,45%	5.970.500	16,85%
Amortizações do Exercício	11.617.086	18,98%	12.510.265	16,96%	12.698.118	17,45%	6.471.017	11,71%	7.014.128	17,08%	7.261.301	20,49%
Provisões do Exercício	0	0,00%	0	0,00%	1.030.649	1,42%	388.338	0,70%	591.814	1,44%	489.779	1,38%
Outros Custos e Perdas Operacionais	54.300	0,09%	56.593	0,08%	74.697	0,10%	349.845	0,63%	269.673	0,66%	174.647	0,49%
<b>Total dos Custos e Perdas Operacionais</b>	<b>61.216.462</b>	<b>100,00%</b>	<b>73.747.573</b>	<b>100,00%</b>	<b>72.759.375</b>	<b>100,00%</b>	<b>55.266.877</b>	<b>100,00%</b>	<b>41.074.110</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.437.399</b>	<b>100,00%</b>
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-15.893.852</b>		<b>-31.948.113</b>		<b>-35.587.664</b>		<b>-19.899.673</b>		<b>-352.834</b>		<b>7.968.250</b>	

Ao longo do período em análise o **total de proveitos e ganhos operacionais** cifrou-se entre 35,4 e 45,3 milhões, sendo as rubricas mais significativas a de





“Impostos e Taxas” e a de “Transferências e Subsídios Obtidos” representando, em conjunto, entre 94,50% (2010) e 98,27% (2013) do total de proveitos.

Os “**Impostos e Taxas**”, registaram em 2011 o seu pior desempenho, com 24,7 milhões, sendo o ano de 2008 aquele em que obteve uma maior expressão, com 35,3 milhões. O aumento verificado de 34% na rubrica em apreço, de 2011 para 2013, é explicado por uma alteração na cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis e da Derrama, que teve por base o Plano de Ajustamento Financeiro do Município.

Em relação aos proveitos com as “**Transferências e Subsídios Obtidos**”, cujo montante máximo foi em 2009, de 11,8 milhões (2013 de 9,4 milhões), resultam essencialmente de transferências de verbas da Administração Central – Estado e de Serviços e Fundo Autónomos.

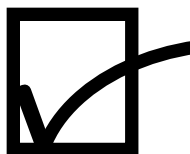
Os **Custos e Perdas Operacionais** variaram entre 35,4 milhões (2013) e 73,7 milhões (2009), sendo as rubricas mais significativas as de “Fornecimentos e Serviços Externos”, “Custos com o Pessoal” e “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais”, as quais representaram, no período em causa, entre 62,7% (2013) e 156,5% (2010) do total de proveitos e ganhos.

A rubrica de “**Custos com o Pessoal**” manteve alguma estabilidade, variando entre 13 milhões (2008) e 16,2 milhões (2009) ao longo do período, por força da generalidade dos vínculos contratuais dos funcionários, ou seja, o seu carácter geral de permanência relativamente à entidade patronal (Município).

As rubricas de “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais” diminuíram significativamente e de forma linear ao longo do período em análise.

Os “**Fornecimentos e Serviços Externos**” atingiram o seu máximo em 2009 com uma quantia de 22,7 milhões, e o ano de 2013 foi aquele que assumiram menor expressão, com 6,5 milhões. Importa ainda referir que, desde 2011 até 2013, a rubrica em questão registou um decréscimo acumulado de cerca de 8,3 milhões.

A decomposição da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, de 2008 a 2013, é detalhada no quadro seguinte:



**Quadro nº 92 - Fornecimentos e serviços de terceiros: 2008 – 2013**

Fornecimentos e Serviços Externos	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Quantia	Peso	Quantia	Peso	Quantia	Peso	Quantia	Peso	Quantia	Peso	Quantia	Peso
Electricidade	1.494.661	8%	1.491.349	7%	1.659.802	8%	1.957.287	13%	2.044.527	25%	2.233.346	34%
Água	405.992	2%	432.858	2%	499.252	2%	787.972	5%	690.724	9%	731.932	11%
Ofertas	310.098	2%	283.293	1%	296.394	1%	121.063	1%	28.211	0%	2.350	0%
Rendas e alugueres	971.893	5%	1.035.201	5%	1.140.769	6%	1.078.177	7%	819.659	10%	651.064	10%
Comunicação	443.978	2%	450.076	2%	384.778	2%	248.754	2%	162.430	2%	98.599	1%
Honorários	456.355	2%	544.089	3%	331.973	2%	213.182	1%	105.932	1%	131.949	2%
Conservação e reparação	1.696.995	9%	1.412.838	7%	1.399.299	7%	924.443	6%	300.800	4%	88.286	1%
Publicidade e propaganda	1.293.303	7%	2.747.123	13%	2.931.331	14%	2.925.978	19%	75.845	1%	38.545	1%
Trabalhos especializados	1.154.053	6%	1.117.335	5%	507.826	3%	1.054.612	7%	565.381	7%	620.718	9%
Eventos	1.674.705	9%	2.320.978	11%	1.156.713	6%	1.178.389	8%	49.828	1%	4.539	0%
Limpeza Urbana	476.013	3%	523.417	2%	533.661	3%	501.924	3%	63.646	1%	100.357	2%
Encargos de cobrança	707.893	4%	520.895	2%	552.883	3%	558.168	4%	1.335.511	16%	654.389	10%
Outros fornecimentos e serviços	7.586.198	41%	8.271.581	39%	8.876.305	44%	2.653.503	17%	1.104.361	14%	707.437	11%
Restantes Rubricas	1.241.060	6%	1.553.247	7%	1.156.095	5%	1.191.579	8%	765.130	9%	512.824	8%
<b>Total</b>	<b>18.672.135</b>	<b>100%</b>	<b>21.151.034</b>	<b>100%</b>	<b>20.270.986</b>	<b>100%</b>	<b>15.395.030</b>	<b>100%</b>	<b>8.111.986</b>	<b>100%</b>	<b>6.576.336</b>	<b>100%</b>

Da análise ao quadro acima exposto, verificamos que três rubricas (Publicidade, Eventos e Outros fornecimentos e serviços), representavam 57% em 2008, 64% em 2010 e apenas 11% em 2013.

Em relação aos “**outros fornecimentos e serviços**”, cujos montantes mais elevados foram registados de 2008 a 2010, correspondeu na sua grande maioria ao serviço de transporte urbano (*circuito Vai e Vem*), cujas quantias foram as seguintes:

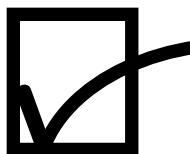
- 2008: 5.959.034 euros, em 7.586.198 euros;
- 2009: 6.185.404 euros, em 8.271.581 euros;
- 2010: 5.098.744 euros, em 8.876.305 euros.
- 2011 a 2013: sem expressão nas contas do Município, devido à formalização de um contrato-programa plurianual 2010-2013, Mobilidade Urbana / Gestão do Sistema de Transportes Públicos Urbanos, com a PU.

Salienta-se ainda a existência nesta rubrica de uma sub-rubrica com a designação de “**Restauração**”, cujos montantes reconhecidos foram de:

- 2008: 505.754 euros;
- 2009: 560.801 euros;
- 2010: 302.867 euros;
- 2011 a 2013: sem expressão.

Ainda ao nível dos “fornecimentos e serviços externos” é de salientar o peso das sub-rubricas “publicidade e propaganda e eventos”, que em 2008 representava de 16%, em 2011 era 27%, e em 2013 apenas representava 1% da mesma.

No que diz respeito às “**Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais**”, em 2009 eram de 21,3 milhões e em 2013 eram de apenas 6 milhões, consubstanciando-se numa diminuição de 15,3 milhões d, decompondo-se da seguinte forma:



**Quadro nº 93 - Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais: 2008 – 2013**

Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>4.046.931</b>	<b>26%</b>	<b>5.754.765</b>	<b>27%</b>	<b>4.445.480</b>	<b>21%</b>	<b>2.526.286</b>	<b>15%</b>	<b>1.734.594</b>	<b>16%</b>	<b>1.439.348</b>	<b>24%</b>
Socied. Quase Sociedades Financeiras	0	0%	0	0%	0	0%	3.115	0%	2.244	0%	2.244	0%
Administração Central	45.846	0%	3.000	0%	2.526	0%	0	0%	4.760	0%	0	0%
Administração Autárquica	0	0%	0	0%	0	0%	340.373	2%	56.968	1%	231.251	4%
Administração Local	1.239.502	8%	1.562.975	7%	1.230.461	6%	0	0%	0	0%	0	0%
Instituições Sem Fins Lucrativos	2.695.763	17%	4.112.291	19%	3.114.468	15%	2.182.799	13%	1.670.621	15%	1.205.853	20%
Famílias	65.820	0%	76.500	0%	98.025	0%	0	0%	0	0%	0	0%
<b>Subsídios Concedidos</b>	<b>11.276.738</b>	<b>73%</b>	<b>15.041.046</b>	<b>70%</b>	<b>15.742.960</b>	<b>74%</b>	<b>13.329.834</b>	<b>79%</b>	<b>8.453.826</b>	<b>78%</b>	<b>4.223.718</b>	<b>71%</b>
Socied. Quase Sociedades Financeiras	11.276.738	73%	15.041.046	70%	15.742.960	74%	13.210.834	78%	8.453.826	78%	4.223.718	71%
Outros Sectores Institucionais	0	0%	0	0%	0	0%	119.000	1%	0	0%	0	0%
<b>Prestações Sociais</b>	<b>184.783</b>	<b>1%</b>	<b>553.331</b>	<b>3%</b>	<b>1.150.461</b>	<b>5%</b>	<b>1.009.094</b>	<b>6%</b>	<b>674.024</b>	<b>6%</b>	<b>307.434</b>	<b>5%</b>
<b>Total</b>	<b>15.508.452</b>	<b>100%</b>	<b>21.349.142</b>	<b>100%</b>	<b>21.338.901</b>	<b>100%</b>	<b>16.865.214</b>	<b>100%</b>	<b>10.862.443</b>	<b>100%</b>	<b>5.970.500</b>	<b>100%</b>

Como se pode verificar pelo quadro acima, a rubrica em apreço é constituída na por subsídios concedidos às sociedades financeiras e quase financeiras, tratando-se neste caso concreto da PU.

**7.1.3.3. Resultados Financeiros**

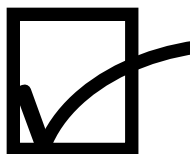
Os resultados financeiros ao longo do período de 2008 a 2013 tiveram a seguinte evolução:

**Quadro nº 94 - Resultados financeiros: 2008 – 2013**

Resultados Financeiros	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Proveitos e Ganhos Financeiros</b>						
Juros Obtidos	117.856,48	62.361,76	24.488,70	29.630,81	16.363,37	14.767,18
Ganhos em Entidades Participadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Imóveis	1.844.273,01	1.580.988,97	1.545.064,48	1.564.446,30	1.616.715,25	1.645.694,05
Rendimentos de Participações de Capital	31.317,02	143.057,81	4.067.932,38	532.670,91	33.350,98	221.076,21
Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	43.639,42	0,00	0,00
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	302.453,60	103.497,40	32.190,27	0,00	30.203,63	893,74
	<b>2.295.900,11</b>	<b>1.889.905,94</b>	<b>5.669.675,83</b>	<b>2.170.387,44</b>	<b>1.696.633,23</b>	<b>1.882.431,18</b>
<b>Custos e Perdas Financeiros</b>						
Juros Suportados	1.566.633,73	2.010.586,79	2.056.175,74	6.411.634,41	9.886.977,15	11.093.596,53
Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	75,96	0,00	0,00	0,00
Outros Custos e Perdas Financeiros	2.514,05	12.169,41	40.429,36	74.460,45	75.179,47	101.750,18
	<b>1.569.147,78</b>	<b>2.022.756,20</b>	<b>2.096.681,06</b>	<b>6.486.094,86</b>	<b>9.962.156,62</b>	<b>11.195.346,71</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>726.752,33</b>	<b>-132.850,26</b>	<b>3.572.994,77</b>	<b>-4.315.707,42</b>	<b>-8.265.523,39</b>	<b>-9.312.915,53</b>

Os resultados financeiros apresentaram, nos últimos três anos do período em análise, quantias negativas significativas fruto dos elevados encargos com os juros suportados, os quais se vieram a avultar em resultado do aumento dos juros de mora (conforme se demonstra no quadro abaixo) por incapacidade do Município em cumprir tempestivamente com as obrigações de pagamento das respetivas prestações, nomeadamente as respeitantes ao financiamento através de *factoring*.

Os juros suportados apresentaram a seguinte evolução:



**Quadro nº 95 - Juros suportados: 2008 – 2013**

Juros Suportados	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empréstimos Bancários - Curto Prazo	62.611,17	53.338,75	16.886,25	132.625,00	102.445,22	6.012,41
Empréstimos Bancários - Médio e Longo Prazo	1.027.373,71	730.546,09	371.517,52	392.727,87	487.962,03	102.792,50
Juros de Mora	39.744,79	666.240,11	88.847,87	1.970.529,97	3.369.293,92	4.283.936,38
Juros de Factoring	0,00	0,00	0,00	3.817.209,33	5.923.340,51	6.700.455,53
Outros	436.904,06	560.461,84	1.578.924,10	98.542,24	3.935,47	399,71
<b>Total</b>	<b>1.566.633,73</b>	<b>2.010.586,79</b>	<b>2.056.175,74</b>	<b>6.411.634,41</b>	<b>9.886.977,15</b>	<b>11.093.596,53</b>

Da análise ao quadro acima, verifica-se que os juros suportados tiveram um aumento significativo de 2010 para 2011, mantendo a tendência de aumento nos restantes anos.

Para esse aumento, contribuíram em grande medida os juros suportados com *factoring*, que em 2011 foram de 3,8 milhões e em 2013 foram 6,7 milhões (o peso destes juros no total em ambos os anos foi de cerca 60%).

De salientar, também, os juros de mora, que em 2011 foram de 1,9 milhões, tendo registado 4,2 milhões no ano de 2013, (peso de 38% no total dos juros suportados).

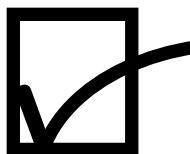
Os **proveitos financeiros** mantiveram ao longo do período em análise uma quantia que variou entre 1,7 milhões (2012) e 2,2 milhões (2011) à exceção do ano de 2010, que apresentou uma quantia de 5,7 milhões em resultado do reconhecimento dos seguintes “Rendimentos de Participações de Capital”:

**Quadro nº 96 - Rendimentos de participações de capital: 2010**

Rendimentos de Participações de Capital	2010
EMARP - Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Portimão, EM	3.420.006,80
Águas do Algarve, S.A.	628.676,56
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	19.249,02
<b>Total</b>	<b>4.067.932,38</b>

**7.1.3.4. Resultados Extraordinários**

Os resultados extraordinários, ao longo do período de 2008 a 2013 tiveram a seguinte evolução:



**Quadro nº 97 - Resultados extraordinários: 2008 – 2013**

Resultados Extraordinários	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Proveitos e Ganhos Extraordinários</b>						
Recuperação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,23	0,00	0,00
Ganhos em Existências	0,00	1.456,81	3.244,00	2.197,43	187,96	7.151,23
Ganhos em Imobilizações	1.356.341,21	495.776,33	317.147,29	858.940,15	155.440,89	52.500,00
Benefícios de Penalidades Contratuais	162.043,80	160.751,72	118.535,16	317.753,43	281.249,47	223.009,26
Redução de Amortizações e Provisões	6.174,82	0,00	0,00	579.221,33	126.325,54	63.913,96
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	360.897,11	281.710,33	1.585.345,74	6.456.696,66	2.264.869,02	753.969,04
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	484.860,44	283.675,02	380.559,52	472.213,37	617.960,52	580.684,58
<b>Total</b>	<b>2.370.317,38</b>	<b>1.223.370,21</b>	<b>2.404.831,71</b>	<b>8.687.022,60</b>	<b>3.446.033,40</b>	<b>1.681.228,07</b>
<b>Custos e Perdas Extraordinários</b>						
Transferências de Capital Concedidas	3.674.134,60	3.133.551,25	4.374.321,96	2.729.872,22	5.311.127,61	5.832.296,11
Perdas em Existências	4.111,90	1.717,53	966,05	3.568,01	2.159,42	709,11
Perdas em Imobilizações	244.805,83	2.861.656,57	575.575,93	385.690,22	140.155,22	812.890,31
Multas e Penalidades	123.315,61	5.135,28	43.035,86	68.515,87	5.178,74	3.488,82
Aumentos de Amortizações e de Provisões	0,00	49.933,62	0,00	77.387,57	0,00	0,00
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	1.393.323,00	3.205.912,17	1.738.737,05	1.703.125,36	887.700,17	2.665.561,55
Outros Custos e Perdas Extraordinários	90,26	133,91	213,39	85.903,95	468.029,19	7.310,32
<b>Total</b>	<b>5.439.781,20</b>	<b>9.258.040,33</b>	<b>6.732.850,24</b>	<b>5.054.063,20</b>	<b>6.814.350,35</b>	<b>9.322.256,22</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-3.069.463,82</b>	<b>-8.034.670,12</b>	<b>-4.328.018,53</b>	<b>3.632.959,40</b>	<b>-3.368.316,95</b>	<b>-7.641.028,15</b>

Os **proveitos e ganhos extraordinários**, variaram entre 1,2 milhões (2009) e os 8,6 milhões (2011). Para a quantia reconhecida em 2011 em muito contribuíram as correções relativas a exercícios anteriores (6,4 milhões).

Os **custos e perdas extraordinários**, estão influenciados significativamente pelas “Transferências de Capital Concedidas”, que é a rubrica mais relevante ao longo do período, que respeita a transferências destinadas a fazer face a despesas de capital, nomeadamente:

**Quadro nº 98 - Transferências de capital concedidas: 2008 – 2013**

Transferências de Capital Concedidas	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	2.006.550,60	1.130.268,25	3.925.259,26	2.479.586,49	5.012.961,73	5.832.296,11
Administração Local	415.750,00	767.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições S/ Fins Lucrativos	1.251.834,00	1.236.283,00	180.243,50	250.285,73	298.165,88	0,00
Outras	0,00	0,00	268.819,20	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3.674.134,60</b>	<b>3.133.551,25</b>	<b>4.374.321,96</b>	<b>2.729.872,22</b>	<b>5.311.127,61</b>	<b>5.832.296,11</b>

Como se constata, a partir de 2010 a sub-rubrica com maior peso foi a de “transferências para empresas públicas e intermunicipais” (neste caso a PU), sendo que o aumento registado em 2012, face a 2011, decorre do registo de contratos-programa de investimento celebrados em 2012, que ainda não tinham fatura, bem assim como a pela contabilização da cobertura de prejuízos referentes ao ano de 2012, das empresas do Sector Empresarial Local detidas pelo MP. Situação idêntica ocorreu em 2013.

**7.1.3.5. Variações Ocorridas na Demonstração de Resultados**

Em síntese, as variações ocorridas nas rubricas de Resultados relativamente ao período homólogo foram as seguintes em termos absolutos e percentuais (quadro detalhado no anexo 19):



**Quadro nº 99 - Variações anuais em resultados: 2008 – 2013**

Demonstração dos Resultados Individual	2009/2008		2010/2009		2011/2010		2012/2011		2013/2012	
	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	-3.523.149,39	-7,77%	-4.627.749,84	-11,07%	-1.804.507,28	-4,85%	5.354.072,28	15,14%	2.684.373,39	6,59%
Custos e Perdas Operacionais	12.531.111,74	20,47%	-988.198,26	-1,34%	-17.492.498,34	-24,04%	-14.192.767,05	-25,68%	-5.636.710,75	-13,72%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-16.054.261,13</b>	<b>101,01%</b>	<b>-3.639.551,58</b>	<b>11,39%</b>	<b>15.687.991,06</b>	<b>-44,08%</b>	<b>19.546.839,33</b>	<b>-98,23%</b>	<b>8.321.084,14</b>	<b>-2358,36%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	-405.994,17	-17,68%	3.779.769,89	200,00%	-3.489.288,39	-61,72%	-473.754,21	-21,83%	185.797,95	10,95%
Custos e Perdas Financeiros	453.608,42	28,91%	73.924,86	3,65%	4.389.413,80	209,35%	3.476.061,76	53,59%	1.233.190,09	12,38%
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-859.602,59</b>	<b>-118,28%</b>	<b>3.705.845,03</b>	<b>-2788,49%</b>	<b>-7.888.702,19</b>	<b>-220,79%</b>	<b>-3.949.815,97</b>	<b>91,52%</b>	<b>-1.047.392,14</b>	<b>12,67%</b>
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-16.913.863,72</b>	<b>111,52%</b>	<b>66.293,45</b>	<b>-0,21%</b>	<b>7.799.288,87</b>	<b>-24,36%</b>	<b>15.597.023,36</b>	<b>-64,41%</b>	<b>7.273.692,00</b>	<b>-84,40%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	-1.146.947,17	-48,39%	1.181.461,50	96,57%	6.282.190,89	261,23%	-5.240.989,20	-60,33%	-1.764.805,33	-51,21%
Custos e Perdas Extraordinários	3.818.259,13	70,19%	-2.525.190,09	-27,28%	-1.678.787,04	-24,93%	1.760.287,15	34,83%	2.507.905,87	36,80%
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-4.965.206,30</b>	<b>161,76%</b>	<b>3.706.651,59</b>	<b>-46,13%</b>	<b>7.960.977,93</b>	<b>-183,94%</b>	<b>-7.001.276,35</b>	<b>-192,72%</b>	<b>-4.272.711,20</b>	<b>126,85%</b>
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>-21.879.070,02</b>	<b>119,97%</b>	<b>3.772.945,04</b>	<b>-9,41%</b>	<b>15.760.266,80</b>	<b>-43,37%</b>	<b>8.595.747,01</b>	<b>-41,76%</b>	<b>3.000.980,80</b>	<b>-25,04%</b>

De acordo com o acima exposto, podemos verificar que o desempenho operacional do Município tem vindo a melhorar desde 2011, ao invés dos resultados financeiros e extraordinários, os quais têm sido cada vez mais penalizadores fruto do custo dos financiamentos obtidos (essencialmente *factoring*) e do aumento das transferências destinadas a fazer face a despesas de capital em empresas públicas municipais e intermunicipais.

**7.1.4. Mapas de Fluxos de Caixa**

**7.1.4.1. Desempenho Geral**

O mapa de fluxos de caixa individual do MP apresentou a seguinte composição durante o período de 2008-2013 (no anexo 20 encontra-se quadro detalhado):

**Quadro nº 100 - Mapa de fluxos de caixa individual: 2008 – 2013**

Fluxos de Caixa Individual	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
<b>Recebimentos</b>												
Recebimentos Correntes	43.278.211,25	72,80%	41.172.143,01	72,99%	39.473.492,83	84,45%	39.397.731,09	85,29%	35.450.708,21	90,47%	39.765.404,55	91,60%
Recebimentos de Capital	16.146.118,63	27,16%	15.214.225,23	26,97%	7.266.613,39	15,55%	6.784.217,98	14,69%	3.691.558,39	9,42%	3.580.956,04	8,25%
Outros Recebimentos	21.079,28	0,04%	24.437,67	0,04%	654,94	0,00%	9.047,54	0,02%	43.098,73	0,11%	66.755,77	0,15%
<b>Total de Recebimentos</b>	<b>59.445.409,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>56.410.805,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>46.740.761,16</b>	<b>100,00%</b>	<b>46.190.996,61</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.185.365,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>43.413.116,36</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pagamentos</b>												
Pagamentos Correntes	39.366.224,33	66,13%	45.355.061,49	80,35%	36.333.186,04	78,16%	39.128.254,96	85,48%	33.962.132,33	85,72%	33.683.810,03	77,21%
Pagamentos de Capital	20.161.582,98	33,87%	11.090.974,75	19,65%	10.150.922,71	21,84%	6.646.680,18	14,52%	5.655.496,70	14,28%	9.944.757,96	22,79%
<b>Total de Pagamentos</b>	<b>59.527.807,31</b>	<b>100,00%</b>	<b>56.446.036,24</b>	<b>100,00%</b>	<b>46.484.108,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>45.774.935,14</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.617.629,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>43.628.567,99</b>	<b>100,00%</b>
Recebi. - Pagamentos Correntes	3.911.986,92		-4.182.918,48		3.140.306,79		269.476,13		1.488.575,88		6.081.594,52	
Recebi. - Pagamentos de Capital	-4.015.464,35		4.123.250,48		-2.884.309,32		137.537,80		-1.963.938,31		-6.363.801,92	
Recebi. - Pagamentos de Outros	21.079,28		24.437,67		654,94		9.047,54		43.098,73		66.755,77	
<b>Saldo da Gerência no Início do Período</b>	<b>1.056.005,34</b>		<b>865.752,66</b>		<b>677.121,91</b>		<b>1.120.669,40</b>		<b>1.455.834,16</b>		<b>1.096.655,37</b>	
Operações de Tes. Ativas no Período	3.624.473,16		4.144.854,07		3.509.141,54		3.903.983,62		3.046.699,86		3.313.027,77	
Operações de Tes. Passivas no Período	3.732.327,69		4.298.254,49		3.322.246,46		3.984.880,33		2.973.614,95		3.442.616,24	
<b>Saldo da Gerência no Final do Período</b>	<b>865.752,66</b>		<b>677.121,91</b>		<b>1.120.669,40</b>		<b>1.455.834,16</b>		<b>1.096.655,37</b>		<b>751.615,27</b>	

Em termos absolutos o total de recebimentos diminuiu cerca de 13 milhões, confrontando o total de recebimentos de 2013 (43 milhões) com o de 2009 (56 milhões) o que se deveu principalmente à redução de “recebimentos de capital”, nomeadamente, através de empréstimos bancários ou programas de “Regularização Extraordinária de Dívidas”.

Tendo em consideração o quadro acima, podemos verificar que a maioria dos recebimentos do Município são correntes (peso nos recebimentos totais entre 72% e 91%), enquanto o peso dos pagamentos correntes nos pagamentos totais situa-se entre 66% e 85%.



Da análise do quadro podemos ainda verificar que, apenas no ano de 2009, existiu um défice no fluxo monetário corrente (-4,1 milhões), sendo 2013, o ano em que o fluxo monetário foi mais positivo (+ 6 milhões).

Salienta-se também um défice no fluxo monetário de capital nos anos de 2008, 2010 e de 2011 a 2013, tendo atingido a quantia máxima neste ultimo ano (6,3 milhões).

#### 7.1.4.2. Fluxo Monetário Corrente

De seguida apresenta-se um resumo do fluxo monetário corrente, de 2008 a 2013:

#### Quadro nº 101 - Resumo do fluxo monetário corrente: 2008 – 2013

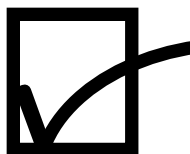
Fluxos de Caixa Individual	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
<b>Recebimentos</b>												
Impostos Diretos	28.910.743,26	66,80%	22.275.130,10	54,10%	22.038.390,18	55,83%	24.140.747,40	61,27%	22.511.180,00	63,50%	26.835.828,39	67,49%
Impostos Indiretos	3.748.045,97	8,66%	3.720.966,81	9,04%	1.721.982,77	4,36%	1.033.104,91	2,62%	916.394,01	2,58%	976.960,87	2,46%
Taxas, Multas e Outros	682.012,45	1,58%	489.157,26	1,19%	465.319,79	1,18%	428.429,33	1,09%	338.201,51	0,95%	237.370,93	0,60%
Rendimentos de Propriedade	1.936.154,17	4,47%	1.349.930,72	3,28%	5.633.990,51	14,27%	2.513.300,42	6,38%	1.650.572,51	4,66%	1.881.362,52	4,73%
Transferências Correntes	6.235.395,57	14,41%	10.571.503,66	25,68%	5.675.773,51	14,38%	7.412.341,62	18,81%	7.340.955,81	20,71%	7.874.969,77	19,80%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.350.183,36	3,12%	2.264.685,55	5,50%	1.362.267,78	3,45%	2.352.073,20	5,97%	903.369,58	2,55%	647.014,33	1,63%
Outras Receitas Correntes	415.676,47	0,96%	500.768,91	1,22%	2.575.768,29	6,53%	1.517.734,21	3,85%	1.790.034,79	5,05%	1.311.897,74	3,30%
<b>Recebimentos Correntes</b>	<b>43.278.211,25</b>	<b>100,00%</b>	<b>41.172.143,01</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.473.492,83</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.397.731,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>35.450.708,21</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.765.404,55</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pagamentos</b>												
Assembleia Municipal												
Despesas com o Pessoal	61.846,94	0,16%	41.405,29	0,09%	30.718,80	0,08%	29.574,00	0,08%	24.861,24	0,07%	38.026,44	0,11%
Aquisição de Bens e Serviços	5.178,03	0,01%	5.692,79	0,01%	7.940,51	0,02%	5.420,17	0,01%	3.067,49	0,01%	2.693,70	0,01%
Câmara Municipal												
Administração Municipal	19.771.286,85	50,22%	20.601.012,55	45,42%	13.565.141,93	37,34%	19.374.056,11	49,51%	18.496.114,96	54,46%	17.738.814,54	52,66%
Depart. Administrativo e Financeiro	1.522.681,49	3,87%	1.668.055,00	3,68%	1.678.804,56	4,62%	1.618.311,14	4,14%	1.272.506,78	3,75%	1.352.623,75	4,02%
Depart. Técnico de Planeamento e Urbanismo	3.070.844,85	7,80%	3.222.377,56	7,10%	2.953.452,46	8,13%	2.813.615,95	7,19%	2.113.160,28	6,22%	2.479.371,44	7,36%
Depart. de Obras e Serviços Gerais	1.812.501,48	4,60%	1.987.957,33	4,38%	1.886.887,28	5,19%	1.760.612,66	4,50%	1.381.695,82	4,07%	1.418.241,12	4,21%
Depart. de Ambiente, Equipam. e Ação Social	3.861.274,13	9,81%	4.564.782,11	10,06%	4.283.900,92	11,79%	3.691.879,19	9,44%	2.585.335,47	7,61%	2.360.391,00	7,01%
Depart. de Educação, Cultura e Desporto	9.260.610,56	23,52%	13.263.778,86	29,24%	11.926.339,58	32,82%	9.834.785,74	25,13%	8.085.390,29	23,81%	8.293.648,04	24,62%
<b>Pagamentos Correntes</b>	<b>39.366.224,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>45.355.061,49</b>	<b>100,00%</b>	<b>36.333.186,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>39.128.254,96</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.962.132,33</b>	<b>100,00%</b>	<b>33.683.810,03</b>	<b>100,00%</b>
<b>Recebimentos - Pagamentos Correntes</b>	<b>3.911.986,92</b>		<b>-4.182.918,48</b>		<b>3.140.306,79</b>		<b>269.476,13</b>		<b>1.488.575,88</b>		<b>6.081.594,52</b>	

Tendo em consideração o quadro acima, verificamos que as rubricas com maior peso nos recebimentos operacionais são os impostos diretos e indiretos e as transferências correntes (Administração Central), que representam entre 75% e 90% das receitas correntes.

O peso dos referidos fluxos relativamente ao total de recebimentos tem vindo a crescer durante o período em análise representando 67% em 2010, 75% em 2011 e 81% em 2012.

No que diz respeito aos pagamentos correntes, a Administração Municipal representa em termos médios 52% dos pagamentos da CM, sendo influenciada maioritariamente por despesas com o pessoal e juros e outros encargos (peso médio de cada uma das rubricas é de 12%) e pelo pagamento de subsídios (peso médio de 18%).

Em relação ao departamento de educação, cultura e desporto, com um peso médio de 25% nos pagamentos da CM, salientamos as despesas com o pessoal (cujo fluxo médio foi de 4,8 milhões, sendo em muito influenciado pela transferência de pessoal não docente para a competência da CM) e as aquisições de bens e serviços, com um fluxo médio de 3,2 milhões.



### 7.1.4.3. Fluxo Monetário de Capital

Os fluxos monetários de capital, resumem-se da seguinte maneira:

#### Quadro nº 102 - Fluxos monetários de capital: 2008 – 2013

Fluxos de Caixa Individual	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
<b>Recebimentos</b>												
Vendas de Bens de Investimento	390.922,51	2,42%	792.435,05	5,21%	383.147,29	5,27%	3.641.606,27	53,68%	83.980,10	2,27%	52.500,00	1,47%
Transferências de Capital	4.712.371,36	29,19%	3.500.802,98	23,01%	3.806.751,06	52,39%	3.067.261,70	45,21%	1.921.827,43	52,06%	1.880.703,48	52,52%
Ativos Financeiros	77.237,56	0,48%	80.446,20	0,53%	76.715,04	1,06%	75.350,01	1,11%	1.575.103,80	42,67%	1.590.961,60	44,43%
Passivos Financeiros	10.901.238,20	67,52%	10.840.541,00	71,25%	3.000.000,00	41,28%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	64.349,00	0,40%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	110.647,06	3,00%	56.770,96	1,59%
<b>Recebimentos de Capital</b>	<b>16.146.118,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.214.225,23</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.266.613,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.784.217,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.691.558,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.580.956,04</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pagamentos</b>												
Câmara Municipal												
Administração Municipal	13.283.880,44	65,89%	6.886.168,07	62,09%	6.990.661,67	68,87%	3.513.733,99	52,86%	2.917.115,96	51,58%	7.565.636,50	76,08%
Depart. Administrativo e Financeiro	18.013,19	0,09%	17.960,30	0,16%	915,60	0,01%	0,00	0,00%	1.449,60	0,03%	0,00	0,00%
Depart. Técnico de Planeam. e Urbanismc	1.150.971,80	5,71%	1.177.137,46	10,51%	683.094,24	6,73%	334.025,12	5,03%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Depart.de Obras e Serviços Gerais	664.884,65	3,30%	328.910,02	2,97%	166.173,63	1,64%	191.632,69	2,88%	237.191,94	4,15%	117.781,09	1,18%
Depart. de Ambiente, Equip. e Ação Social	2.607.511,34	12,93%	893.055,68	8,05%	657.555,82	6,48%	594.010,04	8,94%	226.914,82	4,01%	300.298,85	3,02%
Depart. de Educação, Cultura e Desporto	2.436.321,56	12,08%	1.787.743,22	16,12%	1.652.521,75	16,28%	2.013.278,34	30,29%	2.272.824,38	40,19%	1.961.041,52	19,72%
<b>Pagamentos de Capital</b>	<b>20.161.582,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.090.974,75</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.150.922,71</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.646.680,18</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.655.496,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>9.944.757,96</b>	<b>100,00%</b>
<b>Recebimentos - Pagamentos de Capital</b>	<b>-4.015.464,35</b>		<b>4.123.250,48</b>		<b>-2.884.309,32</b>		<b>137.537,80</b>		<b>-1.963.938,31</b>		<b>-6.363.801,92</b>	

Tal como referido anteriormente, apenas em 2009 e 2011 o fluxo monetário de capital foi positivo. Em relação aos recebimentos salienta-se a rubrica de “transferências de capital” e os “passivos financeiros” (empréstimos bancários obtidos), cuja quantia máxima foi em 2008 e 2009, com 10,9 milhões.

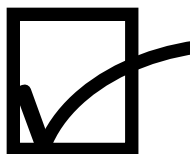
No que diz respeito aos pagamentos, o máximo efetuado foi de 10,1 milhões em 2009 e o mínimo efetuado foi de 5,6 milhões em 2012.

A rubrica com o maior peso dos pagamentos de capitais efetuados, foi a Administração Central (peso médio de 14%), na qual se salienta as aquisições de bens de capital (média de gasto de 2,5 milhões) e os passivos financeiros (média de gasto de 2,9 milhões).

### 7.1.4.4. Variações Ocorridas nos Fluxos de Caixa

As variações ocorridas nos fluxos de caixa relativamente a cada período homólogo foram as seguintes em termos absolutos e percentuais:





**Quadro nº 103 - Variações ocorridas nos fluxos de caixa, por período homólogo: 2008 – 2013**

Fluxos de Caixa Individual	2009/2008		2010/2009		2011/2010		2012/2011		2013/2012	
	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%	Quantia	%
<b>Recebimentos</b>										
Impostos Diretos	-6.635.613,16	-22,95%	-236.739,92	-1,06%	2.102.357,22	9,54%	-1.629.567,40	-6,75%	4.324.648,39	19,21%
Impostos Indiretos	-27.079,16	-0,72%	-1.998.984,04	-53,72%	-688.877,86	-40,00%	-116.710,90	-11,30%	60.566,86	6,61%
Taxas, Multas e Outros	-192.855,19	-28,28%	-23.837,47	-4,87%	-36.890,46	-7,93%	-90.227,82	-21,06%	-100.830,58	-29,81%
Rendimentos de Propriedade	-586.223,45	-30,28%	4.284.059,79	317,35%	-3.120.690,09	-55,39%	-862.727,91	-34,33%	230.790,01	13,98%
Transferências Correntes	4.336.108,09	69,54%	-4.895.730,15	-46,31%	1.736.568,11	30,60%	-71.385,81	-0,96%	534.013,96	7,27%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	914.502,19	67,73%	-902.417,77	-39,85%	989.805,42	72,66%	-1.448.703,62	-61,59%	-256.355,25	-28,38%
Outras Receitas Correntes	85.092,44	20,47%	2.074.999,38	414,36%	-1.058.034,08	-41,08%	272.300,58	17,94%	-478.137,05	-26,71%
<b>Recebimentos Correntes</b>	<b>-2.106.068,24</b>	<b>-4,87%</b>	<b>-1.696.650,18</b>	<b>-4,13%</b>	<b>-75.761,74</b>	<b>-0,19%</b>	<b>-3.947.022,88</b>	<b>-10,02%</b>	<b>4.314.696,34</b>	<b>12,17%</b>
Vendas de Bens de Investimento	401.512,54	102,71%	-408.287,78	-51,65%	3.258.458,98	850,45%	-3.557.626,17	-97,69%	-31.480,10	-37,49%
Transferências de Capital	-1.211.568,38	-25,71%	305.948,08	8,74%	-739.489,36	-19,43%	-1.145.434,27	-37,34%	-41.123,95	-2,14%
Ativos Financeiros	3.208,84	4,15%	-3.731,16	-4,64%	-1.365,03	-1,78%	1.499.753,79	1990,38%	15.977,80	1,01%
Passivos Financeiros	-60.697,20	-0,56%	-7.840.541,00	-72,33%	-3.000.000,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	-64.349,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	110.647,06	100,00%	-53.876,10	-48,69%
<b>Recebimentos de Capital</b>	<b>-931.893,40</b>	<b>-5,77%</b>	<b>-7.947.611,84</b>	<b>-52,24%</b>	<b>-482.395,41</b>	<b>-6,64%</b>	<b>-3.092.659,59</b>	<b>-45,59%</b>	<b>-110.602,35</b>	<b>-3,00%</b>
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	3.358,39	15,93%	-23.782,73	-97,32%	8.392,60	1281,43%	34.051,19	376,36%	23.657,04	54,89%
Outros Recebimentos	3.358,39	15,93%	-23.782,73	-97,32%	8.392,60	1281,43%	34.051,19	376,36%	23.657,04	54,89%
<b>Total de Recebimentos</b>	<b>-3.034.603,25</b>	<b>-5,10%</b>	<b>-9.670.044,75</b>	<b>-17,14%</b>	<b>-549.764,55</b>	<b>-1,18%</b>	<b>-7.005.631,28</b>	<b>-15,17%</b>	<b>4.227.751,03</b>	<b>10,79%</b>
<b>Pagamentos</b>										
Assembleia Municipal										
Despesas com o Pessoal	-20.441,65	-33,05%	-10.686,49	-25,81%	-1.144,80	-3,73%	-4.712,76	-15,94%	13.165,20	52,95%
Aquisição de Bens e Serviços	514,76	9,94%	2.247,72	39,48%	-2.520,34	-31,74%	-2.352,68	-43,41%	-373,79	-12,19%
<b>Câmara Municipal</b>										
Administração Municipal	829.725,70	4,20%	-7.035.870,62	-34,15%	5.808.914,18	42,82%	-877.941,15	-4,53%	-757.300,42	-4,09%
Departamento Administrativo e Financeiro	145.373,51	9,55%	10.749,56	0,64%	-60.493,42	-3,60%	-345.804,36	-21,37%	80.116,97	6,30%
Departamento Técnico de Planeamento e Urbanismo	151.532,71	4,93%	-268.925,10	-8,35%	-139.836,51	-4,73%	-700.455,67	-24,90%	366.211,16	17,33%
Departamento de Obras e Serviços Gerais	175.455,85	9,68%	-101.070,05	-5,08%	-126.274,62	-6,69%	-378.916,84	-21,52%	36.545,30	2,64%
Departamento de Ambiente, Equipamento e Ação Social	703.507,98	18,22%	-280.881,19	-6,15%	-592.021,73	-13,82%	-1.106.543,72	-29,97%	-224.944,47	-8,70%
Departamento de Educação, Cultura e Desporto	4.003.168,30	43,23%	-1.327.439,28	-10,08%	-2.091.553,84	-17,54%	-1.749.395,45	-17,79%	208.257,75	2,58%
<b>Pagamentos Correntes</b>	<b>5.988.837,16</b>	<b>15,21%</b>	<b>-9.021.875,45</b>	<b>-19,89%</b>	<b>2.795.068,92</b>	<b>7,69%</b>	<b>-5.166.122,63</b>	<b>-13,20%</b>	<b>-278.322,30</b>	<b>-0,82%</b>
Câmara Municipal										
Administração Municipal	-6.397.712,37	-48,16%	104.493,60	1,52%	-3.476.927,68	-49,74%	-596.618,03	-16,98%	4.648.520,54	159,35%
Departamento Administrativo e Financeiro	-52,89	-0,29%	-17.044,70	-94,90%	-915,60	-100,00%	1.449,60	100,00%	-1.449,60	-100,00%
Departamento Técnico de Planeamento e Urbanismo	26.165,66	2,27%	-494.043,22	-41,97%	-349.069,12	-51,10%	-334.025,12	-100,00%	0,00	0,00%
Departamento de Obras e Serviços Gerais	-335.974,63	-50,53%	-162.736,39	-49,48%	25.459,06	15,32%	45.559,25	23,77%	-119.410,85	-50,34%
Departamento de Ambiente, Equipamento e Ação Social	-1.714.455,66	-65,75%	-235.499,86	-26,37%	-63.545,78	-9,66%	-367.095,22	-61,80%	73.384,03	32,34%
Departamento de Educação, Cultura e Desporto	-648.578,34	-26,62%	-135.221,47	-7,56%	360.756,59	21,83%	259.546,04	12,89%	-311.782,86	-13,72%
<b>Pagamentos de Capital</b>	<b>-9.070.608,23</b>	<b>-44,99%</b>	<b>-940.052,04</b>	<b>-8,48%</b>	<b>-3.504.242,53</b>	<b>-34,52%</b>	<b>-991.183,48</b>	<b>-14,91%</b>	<b>4.289.261,26</b>	<b>75,84%</b>
<b>Total de Pagamentos</b>	<b>-3.081.771,07</b>	<b>-5,18%</b>	<b>-9.961.927,49</b>	<b>-17,65%</b>	<b>-709.173,61</b>	<b>-1,53%</b>	<b>-6.157.306,11</b>	<b>-13,45%</b>	<b>4.010.938,96</b>	<b>10,12%</b>
Recebimentos - Pagamentos Correntes	-8.094.905,40	-206,93%	7.323.225,27	-175,07%	-2.870.830,66	-91,42%	1.219.099,75	452,40%	4.593.018,64	308,55%
Recebimentos - Pagamentos de Capital	8.138.714,83	-202,68%	-7.007.559,80	-169,95%	3.021.847,12	-104,77%	-2.101.476,11	-1527,93%	-4.399.863,61	224,03%
Recebimentos - Pagamentos de Outros	3.358,39	15,93%	-23.782,73	-97,32%	8.392,60	1281,43%	34.051,19	376,36%	23.657,04	54,89%
<b>Saldo da Gerência no Início do Período</b>	<b>-190.252,68</b>	<b>-18,02%</b>	<b>-188.630,75</b>	<b>-21,79%</b>	<b>443.547,49</b>	<b>65,50%</b>	<b>335.164,76</b>	<b>29,91%</b>	<b>-369.178,79</b>	<b>-24,67%</b>
Operações de Tesouraria Ativas no Período	520.380,91	14,36%	-635.712,53	-15,34%	394.842,08	11,25%	-857.283,76	-21,96%	266.327,91	8,74%
Operações de Tesouraria Passivas no Período	565.926,80	15,16%	-976.008,03	-22,71%	662.633,87	19,95%	-1.011.265,38	-25,38%	469.001,29	15,77%
<b>Saldo da Gerência no Final do Período</b>	<b>-188.630,75</b>	<b>-21,79%</b>	<b>443.547,49</b>	<b>65,50%</b>	<b>335.164,76</b>	<b>29,91%</b>	<b>-369.178,79</b>	<b>-24,67%</b>	<b>-345.040,10</b>	<b>-31,46%</b>

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

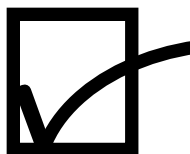
Da análise ao quadro acima exposto, verificamos uma tendência de diminuição dos pagamentos de 2008 a 2012 (menos 19,9 milhões) a qual só é invertida no ano de 2012, com um aumento de 4 milhões.

Igual tendência tiveram os recebimentos, que registaram uma diminuição, de 2008 a 2012, de 20,2 milhões, situação que também foi revertida em 2013 com um aumento de 4,2 milhões.

## 7.2. ESTRUTURA FINANCEIRA AO LONGO DOS ANOS

### 7.2.1. Estrutura Financeira em Geral

Em conclusão da análise efetuada nos pontos anteriormente podemos aferir que o Município, durante todo o período em análise, se encontrou desequilibrado do ponto de vista financeiro. Os Capitais Permanentes (Fundos Próprios e Passivo não Circulante) deveriam estar a financiar ativos cuja realização se espera que ocorra a médio e longo prazo (ativo imobilizado, investimentos financeiros e créditos a receber) e o passivo circulante deveria estar a financiar o ativo



circulante, ou seja, o Município deveria de conseguir cumprir com as suas obrigações de curto prazo através da realização de ativos de curto prazo.

O mapa seguinte evidencia que o passivo a curto prazo, com referência a 31 de dezembro de cada ano, foi sempre superior ao ativo circulante o que implica um não cumprimento de algumas obrigações nas datas de vencimento:

#### Quadro nº 104 - Fundo de maneo do município: 2008 – 2013

Análise Patrimonial do Equilíbrio Financeiro	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Activo Imobilizado	266.793.898,76	272.065.088,41	278.677.576,23	278.482.599,93	276.391.243,98	296.221.535,11
2 - Activo Circulante	139.422.955,78	125.798.899,85	22.836.656,64	22.427.771,40	42.327.181,69	44.473.896,64
<b>3 - Total do Activo (1+2)</b>	<b>406.216.854,54</b>	<b>397.863.988,26</b>	<b>301.514.232,87</b>	<b>300.910.371,33</b>	<b>318.718.425,67</b>	<b>340.695.431,75</b>
4 - Fundos Próprios	218.045.717,38	183.621.671,28	130.027.069,15	111.697.893,18	117.473.216,17	134.781.842,46
5 - Passivo Não Circulante	23.235.185,54	29.342.153,68	55.369.143,78	40.014.799,59	12.726.627,25	10.356.016,83
<b>6 - Capital Permanente (4+5)</b>	<b>241.280.902,92</b>	<b>212.963.824,96</b>	<b>185.396.212,93</b>	<b>151.712.692,77</b>	<b>130.199.843,42</b>	<b>145.137.859,29</b>
7 - Passivo Circulante	164.935.951,62	184.900.163,30	116.118.019,94	149.197.678,56	188.518.582,25	195.557.572,46
<b>8 - Fundo de Maneio (2-7)</b>	<b>-25.512.995,84</b>	<b>-89.101.263,45</b>	<b>-93.281.363,30</b>	<b>-126.769.907,16</b>	<b>-146.191.400,56</b>	<b>-151.083.675,82</b>

Ao nível funcional o quadro seguinte demonstra que o Município, a partir de 2010, apresentou uma tesouraria líquida negativa, ou seja, passou a não ter capacidade para cumprir tempestivamente com as suas obrigações de curto prazo, o que se projetou fundamentalmente nos atrasos dos pagamentos aos fornecedores.

#### Quadro nº 105 - Tesouraria líquida do município: 2008 – 2013

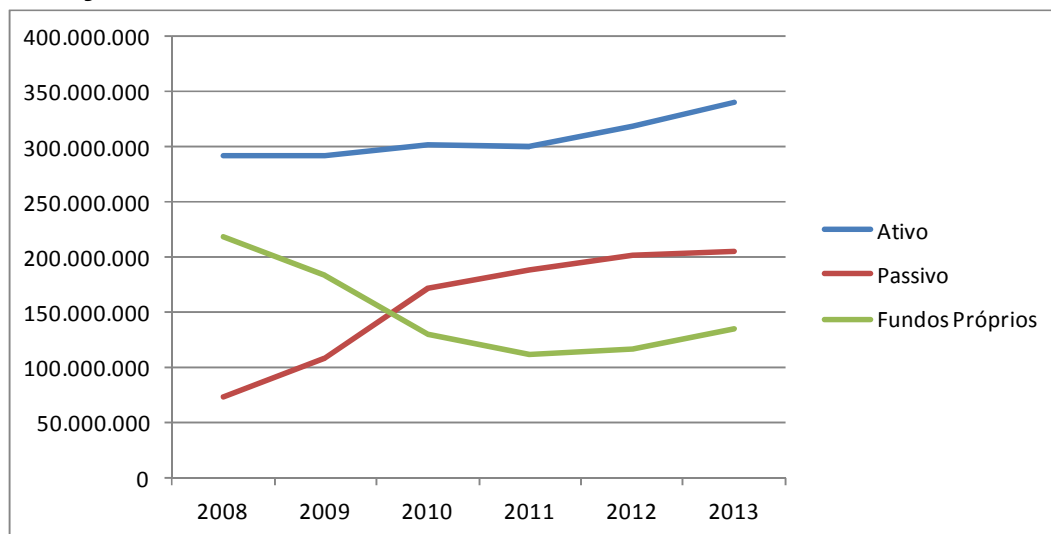
Análise Funcional do Equilíbrio Financeiro	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>1 - Fundo de Maneio</b>	<b>-25.512.995,84</b>	<b>-89.101.263,45</b>	<b>-93.281.363,30</b>	<b>-126.769.907,16</b>	<b>-146.191.400,56</b>	<b>-151.083.675,82</b>
2 - Inventários	210.479,68	225.881,83	238.756,61	231.417,74	217.724,11	174.903,39
3 - Clientes, Contribuintes e Utentes	1.379.745,76	1.511.493,83	2.718.728,95	654.759,03	680.354,98	611.491,31
4 - Estado e outros entes públicos	4.597,98	43.376,66	128.798,24	1.140.779,46	1.835.849,07	1.819.197,59
5 - Outros Devedores	2.845.155,44	426.603,89	1.656.854,66	1.264.317,71	14.353.426,82	12.793.993,25
6 - Acréscimos e Diferimentos	20.115.883,98	31.968.689,31	16.972.848,78	17.680.663,30	24.143.171,34	28.322.695,83
<b>7 - Necessidades Cíclicas (2+3+4+5+6)</b>	<b>24.555.862,84</b>	<b>34.176.045,52</b>	<b>21.715.987,24</b>	<b>20.971.937,24</b>	<b>41.230.526,32</b>	<b>43.722.281,37</b>
8 - Fornecedores	33.010.214,91	12.151.362,86	25.053.688,82	40.309.495,27	39.735.835,93	39.890.727,82
9 - Estado e outros entes públicos	236.107,63	225.601,00	673.195,75	335.364,67	608.106,76	379.199,43
10 - Adiantamentos de Clientes, Contribuintes e Utentes	107.529,45	195.575,15	269.751,62	279.382,37	288.811,18	294.329,39
11 - Financiamentos obtidos	0,00	46.342.124,59	53.246.485,47	72.830.886,04	97.363.061,09	92.665.810,84
12 - Outros credores	823.837,03	3.538.294,01	12.965.345,21	4.849.306,93	15.339.937,14	14.551.610,41
13 - Garantias e cauções	594.156,57	409.662,83	347.487,62	500.520,63	497.639,49	484.205,08
14 - Acréscimos e Diferimentos	114.182.906,07	91.130.674,02	3.657.936,86	8.859.671,68	13.273.644,98	84,80
<b>15 - Recursos Cíclicos (8+9+10+11+12+13+14)</b>	<b>148.847.222,21</b>	<b>153.797.719,31</b>	<b>95.944.139,73</b>	<b>127.685.245,22</b>	<b>166.818.225,39</b>	<b>147.971.638,38</b>
<b>16 - Necessidade de Fundo Maneio (7-15)</b>	<b>-124.291.359,37</b>	<b>-119.621.673,79</b>	<b>-74.228.152,49</b>	<b>-106.713.307,98</b>	<b>-125.587.699,07</b>	<b>-104.249.357,01</b>
<b>17 - Tesouraria Líquida (1-16)</b>	<b>98.778.363,53</b>	<b>60.520.410,34</b>	<b>-19.053.210,81</b>	<b>-20.056.599,18</b>	<b>-20.603.701,49</b>	<b>-46.834.318,81</b>

As dificuldades de tesouraria verificadas a partir de 2010 coincidiram com o aumento do recurso ao financiamento através de *factoring*, em especial, e como mencionado anteriormente, maioritariamente através de faturas emitidas pela participada PU em resultado dos contratos-programa celebrados.

Apresentam-se em baixo gráficos representativos da atual situação financeira:



**Quadro nº 106 – Gráfico representativo dos principais indicadores de balanço: 2008 – 2013**



Capital Social 5.000,00 Euros

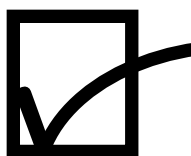
Como se pode constatar, ao longo do período em apreço, o ativo aumentou tendo os fundos próprios diminuído e o passivo aumentado significativamente, passando a ser a principal forma de financiamento.

**Quadro nº 107 - Gráfico representativo da evolução dos resultados do município: 2008 - 2013**



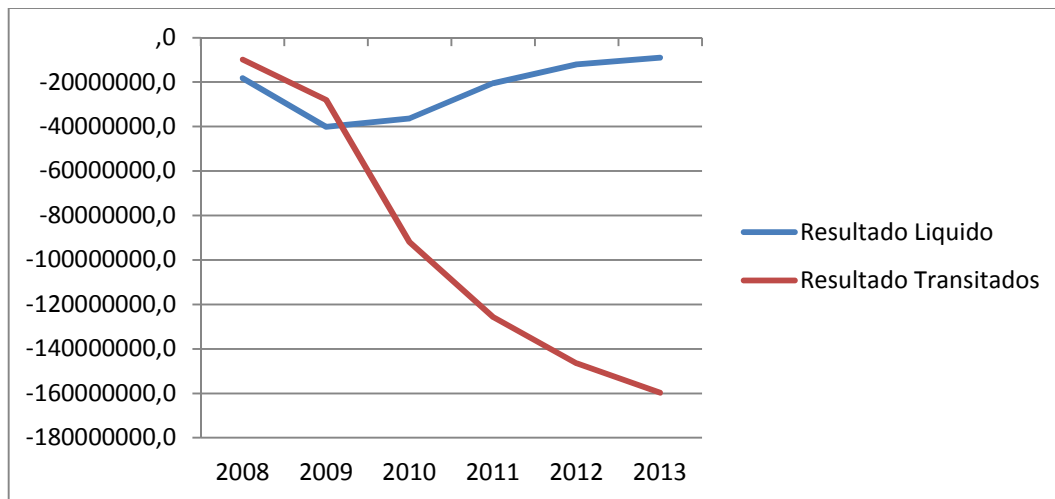
Contribuinte n.º 503 342 742

O Resultado líquido tem vindo a ser constantemente negativo, tendo o Município acumulado prejuízos e sendo o resultado operacional, até 2011, o principal responsável por esse desempenho. A partir de 2011 inverteu-se a tendência e os resultados financeiros e extraordinários apresentaram quantias mais negativas tendo o resultado operacional melhorado significativamente.



**Quadro nº 108 – Gráfico representativo da evolução do resultado líquido e do resultado transitado: 2008 – 2013**

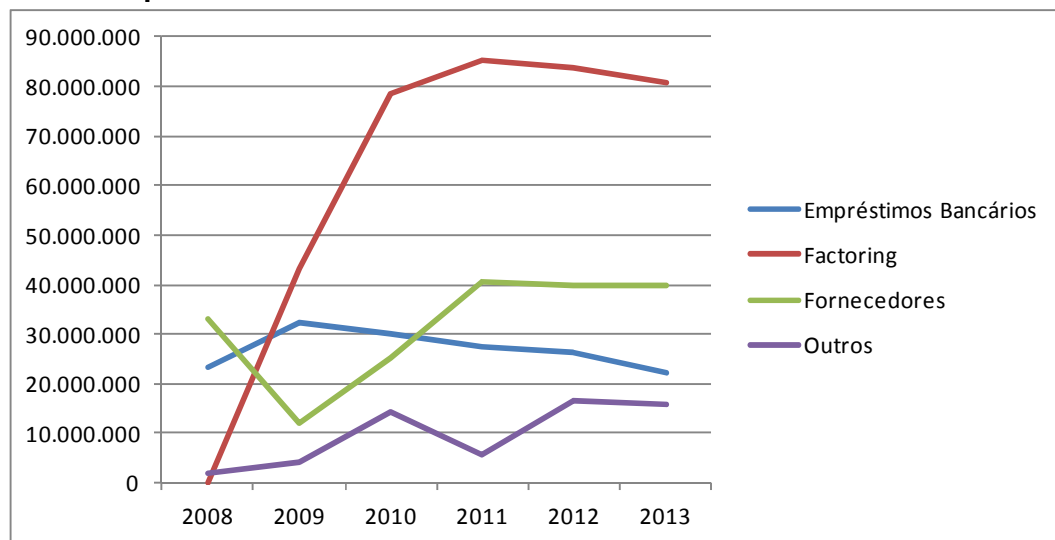
Capital Social 5.000,00 Euros



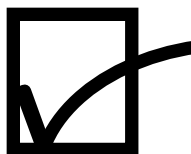
À medida que o Município apresenta prejuízos, ano após ano, os mesmos acumulam-se se refletem-se na rubrica de resultados transitados.

**Quadro nº 109 – Gráfico representativo da evolução das responsabilidades do município: 2008 – 2013**

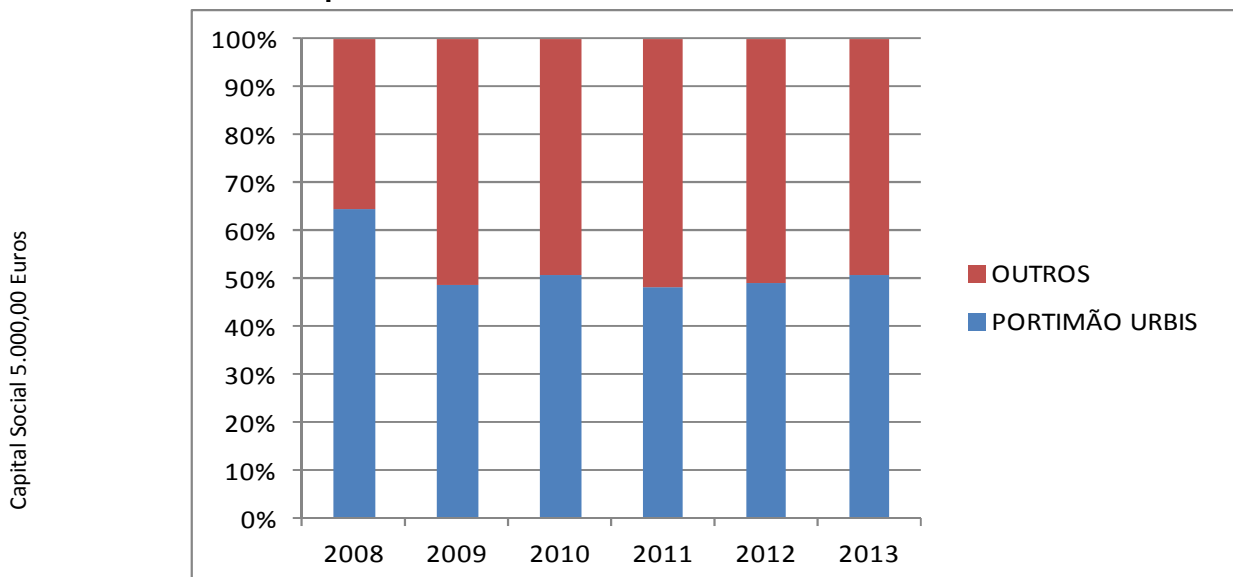
Contribuinte n.º 503 342 742



O passivo aumenta por via da responsabilidade perante o *factoring* inicialmente assumida, em grande medida, perante a participada PU na sequência da execução de contratos-programa.



**Quadro nº 110 – Gráfico representativo do peso da PU no total de *factoring* do município: 2008 – 2013**



Como se pode constatar no mapa anterior, durante o período em causa, o *factoring* relativo a operações que inicialmente tiveram como base responsabilidade assumidas perante a PU, representa, cerca de 50% do total das responsabilidades, as quais no final de 2013 totalizavam 80,7 milhões.

### **7.2.2. Indicadores de Análise Financeira**

Apresentamos de seguida um conjunto de indicadores de análise financeira e a sua evolução ao longo do período em apreço:



**Quadro nº 111 - Indicadores de análise financeira: 2008 – 2013**

Bateria de Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Estrutura Financeira</b>						
Liquidez Geral	15,41%	18,85%	19,67%	15,03%	22,45%	22,74%
Liquidez Reduzida	15,29%	18,73%	19,46%	14,88%	22,34%	22,65%
Liquidez Imediata	0,52%	0,37%	0,97%	0,98%	0,58%	0,38%
Fundo de Maneio Líquido	-25.512.996	-59.101.263	-93.281.363	-126.769.907	-146.191.401	-151.083.676
Fundo de Maneio Necessário	-124.291.359	-119.621.674	-74.228.152	-106.713.308	-125.587.699	-104.249.357
Tesouraria Líquida	98.778.364	60.520.410	-19.053.211	-20.056.599	-20.603.701	-46.834.319
Capitais Permanentes	241.280.903	212.963.825	185.396.213	151.712.693	130.199.843	145.137.859
Investimentos Económicos	206.040.167	211.375.996	220.302.345	220.174.732	232.812.519	252.716.057
Investimentos Financeiros	59.775.692	59.780.777	57.547.410	57.548.160	42.895.319	42.895.319
Investimentos Totais	265.815.859	271.156.772	277.849.755	277.722.891	275.707.838	295.611.376
Excedente Capitais Permanentes	-24.534.956	-58.192.947	-92.453.542	-126.010.199	-145.507.995	-150.473.517
Cobertura Investimentos Totais	0,91	0,79	0,67	0,55	0,47	0,49
Cobertura FMN	0,20	0,49	1,25	1,18	1,16	1,44
Endividamento	46,32%	53,85%	56,88%	62,88%	63,14%	60,44%
Solvabilidade Financeira	115,88%	85,71%	75,82%	59,03%	58,37%	65,46%
Autonomia Financeira	53,68%	46,15%	43,12%	37,12%	36,86%	39,56%
Peso do Passivo no Capital Próprio	86,30%	116,68%	131,89%	169,40%	171,31%	152,78%
Peso do Passivo Corrente na Estrutura Endividamento	87,65%	86,30%	67,71%	78,85%	93,68%	94,97%
<b>Desempenho Económico</b>						
Meios Libertos	-4.276.765	-19.437.848	-21.858.897	-13.040.318	7.253.108	15.719.329
Rendibilidade Fundos Próprios	-7,72%	-17,93%	-21,84%	-15,56%	-9,26%	-6,25%
Rendibilidade Investimentos Económicos	-8,85%	-18,98%	-16,50%	-9,35%	-5,15%	-3,56%
Rendibilidade Investimentos Totais	-6,86%	-14,79%	-13,08%	-7,41%	-4,35%	-3,04%
Rendibilidade Operacional do Activo	-3,91%	-8,03%	-11,80%	-6,61%	-0,11%	2,34%
Rendibilidade Total do Activo	9,24%	7,52%	9,98%	8,50%	9,62%	9,94%
<b>Rotação</b>						
Rotação do Activo Corrente	0,27	0,24	1,32	1,14	0,72	0,76
Rotação de Inventários	5,07	4,13	3,35	2,75	1,20	1,77
Prazo Médio de Recebimentos (dias)		17,64	25,67	24,08	7,94	6,96
Prazo Médio de Pagamentos (dias)		257,06	414,13	857,53	1991,66	2648,09
Prazo Médio de Stockagem (dias)		85,35	106,04	135,07	312,79	231,31
Ciclo Conversão Caixa (dias)		360,05	545,84	1.016,69	2.312,39	2.886,36

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

Ao nível do desempenho económico, a partir de 2010, e na sequência da diminuição dos gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais”, o Município conseguiu adaptar o seu nível de custos e gastos com os proveitos e ganhos obtidos que se mantiveram estáveis ao longo de todo o período em análise. Desta forma se explica a melhoria, a partir de 2010, nos indicadores relativos a meios libertos e de rentabilidade.

Apesar das melhorias verificadas nos resultados operacionais, as dificuldades de tesouraria tiveram como consequência um aumento significativo nas Dívidas a Terceiros, que em 2008 se cifravam em 58 milhões e em 2013 passaram para 158,6 milhões. O prazo médio de pagamentos a fornecedores passou de 257 dias em 2009 para 2648 dias em 2013.

O aumento significativo do passivo aumentou o rácio de endividamento (2008: 46,32% e 2013: 60,44%) e diminuiu os rácios de solvabilidade (2008: 115,88% e 2013: 65,46%) e autonomia financeira (2008: 53,68% e 2013: 39,56%) pois passou a representar uma parte mais relevante da forma de financiamento da instituição, em detrimento dos Fundos Próprios. Também os constantes prejuízos apurados, para os quais contribuíram o aumento crescente dos juros



suportados com o *factoring* bem como as transferências de capital concedidas para empresas públicas municipais e intermunicipais (sendo a PU a grande beneficiária) agravaram os resultados financeiros e extraordinários e por sua vez o resultado líquido do exercício, influenciando negativamente os rácios mencionados.

Em suma, não obstante o endividamento excessivo que ainda perdura, continuaram a desenvolver-se atividades na PU, embora fosse notório que as receitas do Município se revelavam insuficientes, quer para cobrir os défices de exploração da PU, quer para pagar os fornecimentos ao abrigo de contratos programa a esta empresa, mesmo com recurso a *factoring*. Convém no entanto salientar que, a partir de 2012 e essencialmente em 2013, foi patente uma maior racionalização, fosse por força do enquadramento legal (Lei dos Compromissos – Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro), fosse através de ações de contenção desencadeadas pelo próprio executivo

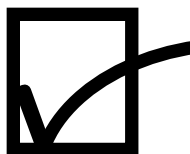
### 7.3. FLUXOS DE “OPERAÇÕES DE TESOURARIA”

Apresentamos de seguida o movimento anual de “operações de tesouraria” ativas e passivas desagregado por grandes rubricas. Este mapa é, nas demonstrações financeiras do Município, articulado com o mapa de fluxos de caixa e respeita às cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros.

#### Quadro nº 112 – Movimentos de tesouraria ativos e passivos: 2008 – 2013

Operações de Tesouraria	Ativas					Passivas						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>	<b>2.168.587,49</b>	<b>2.614.602,94</b>	<b>2.398.526,36</b>	<b>2.524.340,64</b>	<b>1.999.670,75</b>	<b>2.723.415,32</b>	<b>2.178.960,45</b>	<b>2.597.395,83</b>	<b>2.288.644,36</b>	<b>2.619.683,05</b>	<b>1.908.060,79</b>	<b>2.804.607,87</b>
Retenção de Impostos S/ Rendimentos	924.192,59	1.050.731,95	1.062.322,22	1.100.787,93	738.881,70	1.360.814,21	935.797,41	1.058.852,54	1.050.661,64	1.102.824,99	760.709,71	1.322.056,38
Trabalho Dependente	823.810,00	924.850,00	959.077,00	893.732,00	689.279,00	1.090.533,00	825.293,00	921.244,00	953.981,00	900.514,00	697.500,00	1.056.830,00
Trabalho Independente	63.728,51	84.679,73	42.228,81	24.627,89	9.068,29	22.575,32	78.486,18	91.756,47	38.104,91	23.822,16	19.309,23	22.936,02
Prediais	36.207,08	40.699,42	61.016,41	91.060,26	21.958,27	37.740,68	31.557,23	45.349,27	58.575,73	87.121,05	26.532,34	36.862,15
Pensões	447,00	502,80	0,00	752,78	1.041,00	650,00	461,00	502,80	0,00	752,78	833,00	858,00
Sobretaxa Extraordinária Sobre o IRS	0,00	0,00	0,00	90.615,00	0,00	75.371,00	0,00	0,00	0,00	90.615,00	0,00	69.626,00
Retenção de impostos ao abrigo art.º 39º D.L. 69A/2009	0,00	0,00	0,00	0,00	17.535,14	133.944,21	0,00	0,00	0,00	0,00	16.535,14	134.944,21
<b>Restantes Impostos</b>	<b>42.415,25</b>	<b>37.539,59</b>	<b>31.274,64</b>	<b>445,36</b>	<b>44,13</b>	<b>8,26</b>	<b>49.958,70</b>	<b>37.300,08</b>	<b>33.558,48</b>	<b>441,36</b>	<b>58,13</b>	<b>8,26</b>
Imposto de Selo	42.415,25	37.539,59	31.274,64	445,36	44,13	8,26	49.958,70	37.300,08	33.558,48	441,36	58,13	8,26
<b>Contribuições para a Segurança Social</b>	<b>1.201.979,65</b>	<b>1.526.331,40</b>	<b>1.304.929,50</b>	<b>1.423.107,35</b>	<b>1.260.744,92</b>	<b>1.362.592,85</b>	<b>1.193.204,34</b>	<b>1.501.243,21</b>	<b>1.204.424,24</b>	<b>1.516.416,70</b>	<b>1.147.292,95</b>	<b>1.482.543,23</b>
Caixa Geral de Aposentações	721.659,01	831.357,45	803.957,60	832.790,14	754.824,63	812.872,45	726.239,64	822.155,78	690.634,71	943.679,38	663.222,75	901.858,75
ADSE	93.995,06	131.754,71	132.619,70	167.182,19	150.997,42	195.302,02	93.924,46	128.480,12	132.904,70	165.899,16	151.392,23	188.372,27
Instituto de Gestão Financeira da Seg. Social	386.325,58	563.107,40	368.324,24	423.135,02	354.922,87	354.418,38	373.040,24	550.504,79	380.847,55	406.838,16	332.677,97	392.312,21
Assistência na Doença dos Milit. das Forças Armadas	0,00	111,84	27,96	0,00	0,00	0,00	0,00	102,52	37,28	0,00	0,00	0,00
<b>Outros Devedores e Credores</b>	<b>1.455.885,67</b>	<b>1.530.251,13</b>	<b>1.110.615,18</b>	<b>1.379.642,98</b>	<b>1.047.029,11</b>	<b>589.612,45</b>	<b>1.553.367,24</b>	<b>1.700.858,66</b>	<b>1.033.602,10</b>	<b>1.365.197,28</b>	<b>1.065.554,16</b>	<b>638.008,37</b>
<b>Sindicatos</b>	<b>14.383,11</b>	<b>19.838,11</b>	<b>18.176,92</b>	<b>16.223,24</b>	<b>15.308,36</b>	<b>18.611,46</b>	<b>14.449,07</b>	<b>19.419,95</b>	<b>18.341,06</b>	<b>16.335,26</b>	<b>15.399,19</b>	<b>18.112,76</b>
SINTAP	886,85	1.366,57	1.167,85	1.316,31	1.436,74	5.868,52	857,24	1.339,30	1.185,39	1.285,98	1.437,31	5.262,61
ATAM	1.949,98	2.159,70	2.215,67	1.746,52	1.478,63	1.271,63	1.851,74	2.130,57	2.229,43	1.795,13	1.488,71	1.296,61
STAL	11.335,26	11.075,21	9.729,18	8.213,68	7.461,29	6.667,02	11.447,24	11.083,42	9.877,34	8.314,80	7.515,22	6.722,34
Sindicato da Agricultura, Alimentação e Florestas	63,00	63,00	72,00	72,00	72,00	63,00	63,00	63,00	71,25	72,00	72,00	72,00
Sindicato de trab. da Função Pública do Sul e Açores	248,02	5.116,33	4.849,72	4.694,23	4.707,70	4.618,29	229,85	4.756,16	4.844,65	4.686,97	4.724,45	4.645,20
Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado	0,00	57,00	142,50	180,50	152,00	114,00	0,00	47,50	133,00	180,50	161,50	114,00
<b>Devedores e Credores Diversos</b>	<b>1.441.502,56</b>	<b>1.510.413,02</b>	<b>1.092.438,26</b>	<b>1.363.419,74</b>	<b>1.031.720,75</b>	<b>571.000,99</b>	<b>1.538.918,17</b>	<b>1.681.438,71</b>	<b>1.015.261,04</b>	<b>1.348.862,02</b>	<b>1.050.154,97</b>	<b>619.895,61</b>
Devedores/Credores result. Operações de Tesouraria	1.441.502,56	1.510.413,02	1.092.438,26	1.363.419,74	1.031.720,75	571.000,99	1.538.918,17	1.681.438,71	1.015.261,04	1.348.862,02	1.050.154,97	619.895,61
<b>Total</b>	<b>3.624.473,16</b>	<b>4.144.854,07</b>	<b>3.509.141,54</b>	<b>3.903.983,62</b>	<b>3.046.699,86</b>	<b>3.313.027,77</b>	<b>3.732.327,69</b>	<b>4.298.254,49</b>	<b>3.322.246,46</b>	<b>3.984.880,33</b>	<b>2.973.614,95</b>	<b>3.442.616,24</b>

Verificamos que durante o período em análise o grande beneficiário das cobranças que os serviços autárquicos realizaram para terceiros é o “Estado e Outros Entes Públicos”, nomeadamente no respeitante às retenções de impostos sobre o rendimento e às contribuições para a Caixa Geral de Aposentações efetuadas sobre os rendimentos de trabalho dependente dos funcionários.



A rubrica de “Devedores/Credores result. Operações de Tesouraria” também é significativa e em todos os anos respeita maioritariamente à cobrança de dívidas e juros de mora dos munícipes à participada EMARP.

## 7.4. PAGAMENTOS A ENTIDADES TERCEIRAS

Um aspecto particularmente importante para a análise da estrutura financeira do Município é o que se prende com a percepção, ao nível dos fluxos financeiros de saída, das entidades que constituíram os destinatários preferenciais dos pagamentos efetuados.

No quadro abaixo apresentamos os montantes pagos relativos às principais entidades, no período em análise:

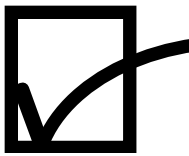
**Quadro nº 113 – Pagamentos, pelas principais entidades: 2009 – 2013**

Entidades	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	Peso
MUNICIPIO DE PORTIMÃO (Vencimentos)	11.057.743,52	10.570.050,61	10.223.654,87	9.142.876,77	9.102.350,70	50.096.676,47	21,10%
PORTIMÃO URBIS SGRUSOCIDADE DE GESTAO E REABILITACAO URBANA, E.M., S.A	0,00	0,00	6.159.621,48	5.852.302,25	7.914.522,71	19.926.446,44	8,39%
BANCO BPI, S.A.SOCIEDADE ABERTA	4.431.029,64	3.679.926,42	2.285.898,45	2.520.256,85	2.811.002,35	15.728.113,71	6,62%
DIRECCAO GERAL DOS IMPOSTOSSERVICO DE FINANÇAS DE PORTIMAO	3.076.109,22	2.845.253,36	2.555.586,49	2.725.998,10	2.432.063,80	13.635.010,97	5,74%
CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	2.079.019,52	1.743.044,16	2.280.480,84	1.587.123,20	2.483.267,34	10.172.935,06	4,28%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A	1.329.961,35	4.103.753,28	1.320.551,92	803.909,67	1.513.684,33	9.071.860,55	3,82%
EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, S.A	1.347.662,21	1.612.606,49	2.148.875,82	1.677.356,35	2.255.245,65	9.041.746,52	3,81%
INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL	1.224.834,53	908.938,69	1.239.712,52	927.061,56	1.190.086,51	5.490.633,81	2,31%
EMARP-EMPRESA MUNICIPAL DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE PORTIMÃO,EEM	1.257.671,53	786.455,32	996.272,94	1.499.640,87	787.670,30	5.327.710,96	2,24%
CAIXA LEASING E FACTORINGINST.FINANC. CRÉDITO,S.A	3.441.492,36	614.263,68	362.625,18	340.490,68	18.208,43	4.777.080,33	2,01%
BESLEASING E FACTORINGINST.FINANC. CRÉDITO,S.A	4.429.842,38	155.430,32	115.942,40	0,00	0,00	4.701.215,10	1,98%
BARCLAYS BANK PLC	87.283,52	316.814,13	1.667.745,31	1.536.136,30	629.206,55	4.237.185,81	1,78%
BANCO ESPRITO SANTO, S.A	39.901,30	251.703,04	872.486,99	1.616.818,95	1.175.235,66	3.956.145,94	1,67%
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A	508.881,60	427.870,27	962.454,24	727.090,58	1.145.104,97	3.771.401,66	1,59%
FROTA AZUL (ALGARVE)- TRANSPORTES E TURISMO, LDA	899.428,86	500.670,65	1.730.022,31	187.719,08	108.211,04	3.426.051,94	1,44%
TOTTA-CRÉDITO ESPECIALIZADO,INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A	842.869,93	1.976.508,48	225.369,59	32.109,04	0,00	3.076.857,04	1,30%
DEXIA SABADELL, S.A.SUCURSAL EM PORTUGAL	249.335,80	79.595,27	293.057,46	101.351,22	1.716.583,36	2.439.923,11	1,03%
A.D.S.E.	128.480,12	654.771,05	381.055,74	192.671,38	255.301,55	1.612.279,84	0,68%
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA	1.157.157,87	174.139,63	14.882,44	107.322,68	101.462,00	1.554.964,62	0,64%
MMP-MERCADO MUNICIPAL DE PORTIMÃO, S.A	1.516.686,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.516.686,84	0,64%
LUSO ATLANTICACORRETOR DE SEGUROS, SA	202.779,03	312.864,14	348.128,79	279.853,46	319.558,59	1.463.184,01	0,62%
BEIMPOSTA - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS DO ALGARVE, S.A	0,00	0,00	80.853,84	114.501,30	1.205.411,48	1.400.766,62	0,59%
PORTIMONENSE SPORTING CLUBE	768.750,00	232.000,00	215.500,00	48.000,00	12.000,00	1.276.250,00	0,54%
ASSOCIACAO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS PORTIMÃO	186.754,80	262.599,30	342.516,40	259.879,33	202.053,60	1.253.803,43	0,53%
ENSINAR A SORRIRASS SOLIDARIEDADE E APOIO À FAMILIA	0,00	96.776,54	123.495,03	520.736,38	499.070,12	1.240.078,07	0,52%
PETROLEOS DE PORTUGALPETROGAL, S.A	276.300,32	292.680,05	279.433,04	161.844,47	186.858,32	1.197.116,20	0,50%
CAIXA DE CRÉDITO AGRICOLA MUTUO DO ALGARVE,CRL	6,08	178.125,00	361.178,18	356.250,00	192.676,40	1.088.235,66	0,46%
EDUCAR E SORRIR ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E APOIO A FAMILIA	314.236,93	49.365,36	559.496,00	156.831,10	0,00	1.079.929,39	0,45%
FREGUESIA DE ALVOR	339.943,42	282.651,28	225.340,52	60.073,80	90.000,00	998.009,02	0,42%
DGAL-DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS	3.380,00	248.429,15	232.163,00	231.995,00	231.995,00	947.962,15	0,40%
AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS ENG.º NUNO MERGULHAO	175.747,58	176.988,29	80.000,00	136.239,70	225.342,87	794.318,44	0,33%
AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS JUDICE FIALHO	166.956,68	168.770,57	80.000,00	119.152,01	182.899,73	717.778,99	0,30%
ATP-ASSOCIAÇÃO TURISMO DE PORTIMÃO	0,00	0,00	62.499,99	337.500,01	307.000,70	707.000,70	0,30%
FREGUESIA DE PORTIMÃO	403.390,39	254.370,51	1.790,84	325,14	30,00	659.906,88	0,28%
J.L.F.- SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A	143.653,40	215.172,45	254.906,21	0,00	16.595,60	630.327,66	0,27%
BP PORTUGALCOMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, S.A	88.235,40	136.496,06	154.035,19	120.163,02	113.879,84	612.809,51	0,26%
PT COMUNICAÇÕES, S.A	167.269,77	170.379,41	145.507,18	79.885,64	38.311,50	601.353,50	0,25%
<b>Restantes</b>	<b>15.629.190,90</b>	<b>12.774.885,48</b>	<b>7.636.725,41</b>	<b>5.964.544,51</b>	<b>5.184.804,28</b>	<b>47.190.150,58</b>	<b>19,88%</b>
<b>Totais</b>	<b>57.971.986,80</b>	<b>47.254.348,44</b>	<b>47.019.866,61</b>	<b>40.526.010,40</b>	<b>44.647.695,28</b>	<b>237.419.907,53</b>	<b>100,00%</b>

Do quadro supra constatam-se algumas situações tais como:

- Com excepção dos pagamentos feitos em despesas com pessoal do MP, a PU foi a entidade externa para a qual foram canalizados mais fundos no período em apreço;
- Cerca de 36 entidades externas representarem em média 59% dos pagamentos totais do Município ao longo dos anos, sendo que os pagamentos de natureza à banca representaram em média 22% do total e os pagamentos as duas empresas municipais relevantes (PU + EMARP)





representaram em média 12% do total. De lembrar que, por força do mecanismo de *factoring*, parte significativa dos pagamentos à banca representam pagamentos indiretos à PU;

- Por sua vez, se excluirmos os pagamentos efectuados a autoridades fiscais, à Caixa Geral de Aposentações e à ADSE, surgem com peso esmagador os pagamentos efectuados aos bancos seja no âmbito de empréstimos comuns, seja no âmbito de contratos de *leasing* e *factoring*.

## **7.5. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO E ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL**

### **7.5.1. Introdução**

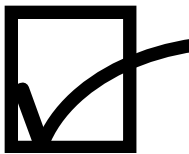
As Autarquias Locais têm pessoal, património e finanças próprias, competindo a sua gestão aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira das Autarquias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei.

Essa autonomia está expressamente consagrada no art.º 238.º da Constituição da Republica Portuguesa (CRP), que enuncia no seu n.º 1 que “*as autarquias locais têm património e finanças próprias*”, explicitando o n.º 2 que “*o regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau*”.

O regime das finanças locais encontra-se estabelecido na Lei das Finanças Locais (LFL), estando a autonomia financeira das Autarquias Locais particularmente aí concretizada.

O art.º 238.º da CRP, prevê que “*as receitas próprias das autarquias incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do património e as cobradas pela utilização dos seus serviços*” (nº3), e “*as autarquias podem dispor de poderes tributários, nos casos e nos termos previstos na lei*” (nº4).

Por seu lado, no que especificamente diz respeito aos Municípios, dispõe o art.º 254º da CRP que “*os Municípios participam, por direito próprio e nos termos definidos pela lei, nas receitas provenientes dos impostos indiretos*” (nº 1) e “*dispõem de receitas tributárias nos termos da lei*” (nº 2).



### 7.5.2. Cálculo dos Limites ao Endividamento

De acordo com o art.º 37.º da Lei das Finanças Locais (LFL), vigente durante os anos de 2009 a 2013, o montante do **limite endividamento líquido total** de cada Município, em 31 de Dezembro de cada ano, não podia exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do Município no Fundo de Equilíbrio Financeiro dos Municípios (FEF), da participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), da derrama e da participação nos resultados das entidades do Setor Empresarial Local (SEL) com resultados de exploração negativos, relativas ao ano anterior.

E de acordo com art.º 39.º daquele normativo, o montante do **limite ao endividamento de curto prazo** corresponde a 10% do montante das receitas anteriormente mencionadas, e o **limite ao endividamento de médio e longo prazo** não pode ultrapassar o montante global daquelas mesmas receitas.

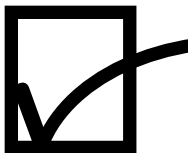
Este regime vigorou até à fixação dos limites de endividamento do ano de 2010, tendo-se então assistido a uma alteração nos critérios definidos para determinação daqueles limites para o ano de 2011, que passou a ser:

- o valor do endividamento líquido, calculado nos termos da LFL, de cada Município não pode exceder o que existia em 30 de setembro de 2010;
- a contração de novos empréstimos de médio e longo prazos passou a estar limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos Municípios em 2009, proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada Município, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 1 e 5 a 7 do artigo 39.º da LFL.

Para o ano de 2012, e de acordo com o n.º 1 do artigo 66.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 (OE-2012), *“o valor do endividamento líquido de cada Município em 31 de dezembro de 2012, (...) não pode ser superior ao observado em 31 de dezembro do ano anterior”*.

Por sua vez, o endividamento de médio e longo prazo não poderá exceder o registado a 31 de dezembro de 2011, acrescido do valor resultante do rateio, calculado de acordo com o n.º 2 do artigo 66.º da Lei do OE-2012.

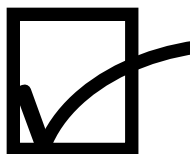
Mais uma vez, este regime vigorou unicamente durante um ano, tendo-se tornado a assistir a nova alteração nos critérios definidos para determinação daqueles limites para o ano de 2013, via Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013 (OE-2013), que fixou que os limites de endividamento líquido e de



médio e longo prazos para cada Município em 2013, seriam apurados do seguinte modo:

- O limite de endividamento líquido de cada Município para 2013, tendo em vista assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, corresponderia ao menor dos seguintes valores:
  - a) Limite de endividamento líquido de 2012;
  - b) Limite resultante do disposto no n.º 1, do artigo 37º, da LFL (atualizada);
- Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o limite de endividamento de médio e de longo prazos para cada Município em 2013 seria o calculado nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.
- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos era limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos Municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada Município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.
- O valor global das amortizações efetuadas no ano de 2011 é corrigido, até 30 de junho, pelo valor das amortizações efetuadas no ano de 2012.
- O valor global disponível para rateio (pelos municípios) era reduzido em 150 milhões.

Assim, e de acordo com a legislação em vigor à época, os limites de endividamento do MP, foram os seguintes:



**Quadro nº 114 - Limites de endividamento do município: 2009 – 2013**

FIXAÇÃO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO		2009	2010	2011	2012	2013
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) (a)		15.629.221,60	13.588.456,45	13.718.129,41	15.618.629,91	16.587.739,84
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT) (b)		10.254.426,17	6.302.931,52	6.358.462,87	6.703.327,62	4.194.283,14
Imposto Único de Circulação (c)		857.640,00	971.920,29	1.003.486,91	1.079.722,37	1.212.269,31
Contribuição Autárquica (d)		176.239,67	179.923,60	23.270,55	4.787,88	9.257,33
Imposto Municipal de SISA (e)		515.051,06	245.984,32	130.585,25	139.873,35	83.422,96
Derrama (f)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total dos Impostos Municipais e da Derrama (A) = (a+b+c+d+e+f)</b>		<b>27.432.578,50</b>	<b>21.289.216,18</b>	<b>21.233.934,99</b>	<b>23.546.341,13</b>	<b>22.086.972,58</b>
Receitas arrecadas a título de participação nos Resultados das entidades do SEL (B)		0,00	0,00	4.067.932,38	224.614,77	20.117,24
FEF + IRS (Orçamentos do Estado) (C)		5.022.783,00	4.705.123,00	4.313.954,00	4.114.329,00	4.114.329,00
<b>TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (D) = (A + B + C)</b>		<b>32.455.361,50</b>	<b>25.994.339,18</b>	<b>29.615.821,37</b>	<b>27.885.284,90</b>	<b>26.221.418,82</b>
<i>Limite ao endividamento de curto prazo (D x 10%) LFL - Art.º 39º, n.º 1</i>		<b>3.245.536,15</b>	<b>2.599.433,92</b>	<b>2.961.582,14</b>	<b>2.788.528,49</b>	<b>2.622.141,88</b>
<i>Limite ao endividamento de médio e longo prazo (D x 100%) LFL - Art.º 39º, n.º 2</i>		<b>32.455.361,50</b>	<b>25.994.339,18</b>	<b>29.615.821,37</b>	<b>27.885.284,90</b>	<b>26.221.418,82</b>
<i>Limite ao endividamento líquido (D x 125%) LFL - Art.º 37º, n.º 1</i>		<b>40.569.201,88</b>	<b>32.492.923,98</b>	<b>37.019.776,71</b>	<b>34.856.606,13</b>	<b>32.776.773,53</b>
<b>Regime excepcional, via Orçamentos de Estado, aplicáveis para 2011, 2012 e 2013</b>						
Endividamento de MLP de acordo com as Leis de Orçamento de Estado para 2011, 2012 e 2013 (E)	N/A	N/A	N/A	26.210.491,12	23.336.631,00	
Rateio das amortizações, conforme as Leis de Orçamento de Estado para 2011, 2012 e 2013 (F)	N/A	N/A	N/A	0	1.190.505,00	
<b>Novo limite ao endividamento de médio e longo prazo (H) = (E + F)</b>		<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>26.210.491,12</b>	<b>24.527.136,00</b>	<b>26.221.418,82</b>
<b>Novo limite ao endividamento líquido (LOE 2011, 2012 e 2013)</b>		<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>43.406.481,50</b>	<b>43.406.481,50</b>	<b>32.776.773,53</b>

Endividamento a 30/09/2014- MLP 26.234.508,00 a  
**Limite 2010** 25.994.339,18 b  
 excesso 240.168,82 c = a-b  
 Parcela a abater 24.016,88 d = c\*0,1  
26.210.491,12 e = a - d

Endividamento a 30/09/2014 44.619.099,00 a  
**Limite 2010** 32.492.923,98 b  
 excesso 12.126.175,03 c = a-b  
 Parcela a abater 1.212.617,50 d = c\*0,1  
43.406.481,50 e = a - d

Não pode ser superior ao do no anterior, no entanto a DGAL apurou o limite de 59.799.698,78 euros.

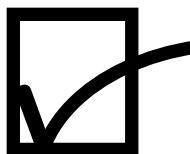
Dos dois o mais baixo.

Capital Social 5.000,00 Euros

Contribuinte n.º 503 342 742

### 7.5.3. Verificação do Cumprimento dos Limites ao Endividamento

Apuraram-se as seguintes margens de endividamento de médio e longo prazo e de endividamento líquido.



**Quadro nº 115 - Endividamento de médio e longo prazo e endividamento líquido: 2009 – 2013**

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO		2009	2010	2011	2012	2013
Empéstimos de médio e longo prazo	(a)	29.342.153,68	27.041.080,39	24.485.136,09	23.266.462,85	19.286.134,38
Empréstimos excepcionados	(b)	4.949.826,00	4.587.613,00	4.148.504,84	3.829.379,50	3.318.166,00
<b>Empréstimos relevantes</b>	<b>(A) = (a-b)</b>	<b>24.392.327,68</b>	<b>22.453.467,39</b>	<b>20.336.631,25</b>	<b>19.437.083,35</b>	<b>15.967.968,38</b>
<i>Limite ao endividamento de médio e longo prazo</i>	(B)	32.455.361,50	25.994.339,18	26.210.491,12	24.527.136,00	26.221.418,82
<i>Margem de endividamento</i>	(C) = (A - B)	8.063.033,82	3.540.871,79	5.873.859,87	5.090.052,65	10.253.450,44
<i>Capacidade utilizada</i>	(D) = (A / B)	75,16%	86,38%	77,59%	79,25%	60,90%

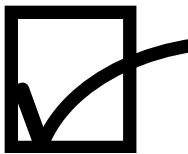
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		2009	2010	2011	2012	2013
Total dos ativos	(a)	185.605.354,87	81.795.110,24	81.212.708,04	86.622.514,77	89.164.683,70
Total dos passivos	(b)	202.470.505,81	151.520.312,97	167.968.574,86	179.822.969,25	183.757.504,49
<b>Endividamento líquido</b>	<b>(A) = (a-b)</b>	<b>-16.865.150,94</b>	<b>-69.725.202,73</b>	<b>-86.755.866,82</b>	<b>-93.200.454,48</b>	<b>-94.592.820,79</b>
Empréstimos excepcionados	(B)	4.949.826,00	4.587.613,00	4.148.504,84	3.829.379,50	3.318.166,00
Créditos sobre o SEL	(C)				13.392.169,87	11.869.330,00
Endividamento das Associações de Municípios (LFL + Resolução n.º 31/2013)						438,00
<b>Endividamento líquido relevante</b>	<b>(D) = (A-B+C)</b>	<b>-11.915.324,94</b>	<b>-65.137.589,73</b>	<b>-82.607.361,98</b>	<b>-102.763.244,85</b>	<b>-103.144.422,79</b>
<i>Limite ao endividamento líquido</i>		40.569.201,88	32.492.923,98	43.406.481,50	43.406.481,50	32.776.773,53
<i>Capacidade de endividamento</i>	(C) = (A - B)	28.653.876,94	-32.644.665,76	-39.200.880,48	-59.356.763,35	-70.367.649,27
<i>Capacidade utilizada</i>		29,37%	200,47%	190,31%	236,75%	314,69%

O endividamento líquido do MP, vem sendo, desde 2010, sucessivamente ultrapassado, entrando em situação de incumprimento com os limites legalmente fixados. Desta forma, o Município deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido.

Relativamente ao limite dos empréstimos de médio e longo prazo, convém referir que as exceções aos limites de endividamento, são os empréstimos e amortizações (n.º 5, 6 e 7 do art.º 39.º da LFL) destinados:

- ao financiamento de programas de reabilitação urbana;
- exclusivamente ao financiamento de projetos com participação de Fundos Comunitários (desde que montante máximo do crédito não exceda 75% do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão); e,
- ao financiamento de investimentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública.

Excetua-se também os destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, bem como para aquisição de fogos ao Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.), nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do DL n.º 159/2003, de 18 de Julho (art.º 38.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril).



#### **7.5.4. Cálculo das Capacidades de Endividamento Consolidadas**

Nos termos do número 2, do artigo 40º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, “... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção respetiva da participação social com vista a equilibrar os resultados de exploração operacional do exercício em causa” da participada, sendo que aquela norma determina que a “transferência deverá ocorrer no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local”.

- **Ano de 2012**

A CMP, não conseguiu efetuar a transferência obrigatória para a cobertura de prejuízos da EMARP, no montante de 627.933,57 euros, referente ao ano de 2011, dentro do prazo legalmente estipulado.

O efeito desta situação é nulo, uma vez que aquela participada:

- Não tem qualquer empréstimo de curto, médio e longo prazo;
- Tem situação líquida positiva (ativos > passivos).

Pelo que ocorreu a dispensa de consolidar o endividamento com a CMP.

- **Ano de 2013**

A CMP efetuou a transferência de obrigatória para cobertura de resultados líquidos antes de impostos relativo ao exercício de 2012, para as seguintes entidades:

- EMARP, pela quantia de 398.257,27 euros;
- PU, no montante de 1.787.207,97 euros.